



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CCE**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**SHEILA NEVES DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.**

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA  
2018

**SHEILA NEVES DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia como requisito para aprovação  
na Disciplina Monografia II.

Orientador (a): Dr. Gildásio Santana Júnior

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA  
2018

S584p

Silva, Sheila Neves da.

Políticas públicas: o caso do Conselho Municipal de Economia Solidária de Vitória da Conquista - BA. / Sheila Neves da Silva, 2018.

82f.

Orientador (a): Dr. Gildásio Santana Júnior.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F. 68 – 70.

1. Políticas públicas – Economia solidária. 2. Inclusão social. 3. Conselho Municipal de Economia Solidária. I. Santana Júnior, Gildásio. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD: 334.09

**SHEILA NEVES DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia como requisito para aprovação  
na Disciplina Monografia II.  
Orientador (a): Dr. Gildásio Santana Júnior

Aprovado em: 08/06/2018

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Orientador

---

2º membro

---

3º membro

## DEDICATÓRIA

*À meu filho Kevyn por ser meu motivo para permanecer lutando.*

*Aos meus pais, irmã e demais familiares que se alegram comigo por mais essa vitória.*

*Ao meu noivo Maurício, pela motivação, companheirismo e força sempre.*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento nem sei por onde começar, pois foram tantas pedras trilhadas para chegar até aqui.

Por muito tempo esperei este momento, e hoje com lágrimas nos olhos vejo que cumpri minha missão. Tão árdua missão!

Agradeço à Deus, Pai zeloso e cuidadoso, que me manteve de pé e me deu forças para não desistir.

Ao maior presente e dádiva que Deus me deu, meu filho Kevyn, que com certeza é o meu maior motivo de viver e de lutar. Poder dormir e acordar olhando pro seu rostinho inocente, me faz ver o quanto ele precisa de mim e é por isso que eu sonho... E vou continuar sonhando com um mundo melhor pra ele...

Agradeço os meus pais, Paulo e Cida, que desde quando me escolheram como filha, se doaram a mim, muitas vezes sem condições financeiras, sempre me ofertaram tudo que não puderam ter, e mesmo diante de alguns atritos, eles sonharam com este momento e acreditaram em mim. Devo a eles tudo que me tornei!

Agradeço à minha irmã Bruna por todo apoio neste percurso. Aos meus familiares que hoje se alegram comigo. Minha vó Nita, mulher guerreira que mesmo diante de tantas tribulações nunca deixou de se preocupar com seus netos. Minha madrinha Lindelse e meu padrinho Francisco por serem sempre presentes em meu crescimento.

Ao meu anjo enviado por Deus, meu noivo Maurício: amigo, companheiro, cúmplice, parceiro. Que chegou em minha vida no momento certo, me resgatou, me amou e mudou muitos conceitos.

Aos muitos amigos e colegas de sala que marcaram minha vida no caminhar desta trajetória, em especial à Gisele (minha best) e Robertinha (minha cantorinha).

Aos amigos que fiz por onde passei e aos que ficaram: Stelamaris (mãezona), Aline (meu trio), Danilo (amigo pra todas as horas), Sanzio e Marcos.

Ao meu orientador Gildásio e aos professores que também se tornaram amigos: Josias e Leal.

E a Geovane Viana por todo auxílio e atenção prestados a mim.

Enfim, agradeço à todos por estarem comigo nos momentos tristes e felizes, nas lutas e vitórias.... Nesta roda gigante chamada VIDA!

*“Alguns homens vêem as coisas como são e dizem: Por quê?  
Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo: Por que não?”*  
*(Geroge Bernard Shaw)*

## RESUMO

A Economia Solidária é caracterizada pelo ideal coletivo, pela cooperação e a solidariedade, o que resulta entre outros, em uma inclusão social dos indivíduos marginalizados pelo sistema capitalista. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral, compreender a importância da Economia Solidária como modelo de Política Pública e estabelecer a relação da atuação do Conselho Municipal de Economia Solidária, na definição destas políticas, bem como se estas poderiam viabilizar alternativas de trabalho e desenvolvimento ao município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia. Analisou-se a atuação do Poder Público e da Sociedade Civil através da implantação do Conselho Municipal de Economia Solidária, suas inferências na criação de empreendimentos solidários no município e seus impactos na economia local. Para atingir este objetivo estudaram-se teorias pertinentes ao tema Economia Solidária, juntamente com o contexto de Políticas Públicas, relacionando com a experiência vivenciada no município de Vitória da Conquista. A problemática principal consiste em responder, qual a contribuição do Conselho Municipal de Economia Solidária para o avanço da Economia Solidária em Vitória da Conquista no período de 2008 a 2018? Tendo como hipótese, que os conjuntos de iniciativas solidárias podem colaborar para redução da exclusão social e inserção no mercado de trabalho. Utilizou-se uma abordagem teórica para contextualizar e conceituar historicamente a Economia Solidária, levantando suas origens e tentando explicar as relações existentes com as Políticas Públicas. A pesquisa realizada no trabalho ocupou-se de um questionário investigativo com os membros do Conselho Municipal, paralelo à busca de informações junto aos órgãos públicos que permitiu entender o papel do Conselho Municipal no desenvolvimento dos empreendimentos solidários no município. A conclusão confirma a hipótese de que a Economia Solidária como modelo de Política Pública é uma alternativa de geração de trabalho e renda, reduzindo assim a exclusão social e possibilitando aos indivíduos melhores condições de vida.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Inclusão social; Políticas Públicas; Conselho Municipal de Economia Solidária.

## ABSTRACT

The Solidarity Economy is characterized by the collective ideal, by the cooperation and the solidarity, which results, among others, in a social inclusion of the individuals marginalized by the capitalist system. In this sense, the present study aims to understand the importance of the Solidary Economy as a model of Public Policy and to establish the relationship of the Municipal Council of Solidary Economy in the definition of these policies, as well as if they could make alternative work and to the municipality of Vitória da Conquista, in the state of Bahia. The activities of the Public Power and Civil Society were analyzed through the implementation of the Municipal Council of Solidary Economy, its inferences in the creation of solidary enterprises in the municipality and its impacts on the local economy. In order to reach this objective, we have studied theories pertinent to the subject of Solidarity Economy, together with the context of Public Policies, relating to the experience lived in the city of Vitória da Conquista. The main problem is to answer, what is the contribution of the Municipal Council of Solidary Economy for the advancement of the Solidarity Economy in Vitória da Conquista from 2008 to 2018? Taking as a hypothesis, that joint initiatives can collaborate to reduce social exclusion and insertion in the labor market. A theoretical approach was used to contextualize and conceptualize the Solidarity Economy historically, raising its origins and trying to explain the existing relations with the Public Policies. The research carried out in the work was an investigative questionnaire with the members of the Municipal Council, parallel to the search of information with the public agencies that allowed to understand the role of the Municipal Council in the development of the joint ventures in the municipality. The conclusion confirms the hypothesis that the Solidary Economy as a model of Public Policy is an alternative of generating work and income, thus reducing social exclusion and enabling individuals to better living conditions.

**Keywords:** Solidarity economy; Social inclusion; Public policy; Municipal Council of Solidary Economy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Economia Plural.....	27
--------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil de gênero dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista-Bahia.....	566
Gráfico 2: Faixa etária dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista-Bahia.....	566
Gráfico 3: Perfil de cor/raça dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista-Bahia.....	577
Gráfico 4: Nível de escolaridade dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia .....	577
Gráfico 5: Articulação entre Instituições de apoio e empreendimentos solidários. ....	588
Gráfico 6: Articulação entre Instituições de apoio, empreendimentos solidários e o Poder Público.....	59
Gráfico 7: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária na agenda da Câmara Municipal de Vitória da Conquista. ....	600
Gráfico 8: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária nas políticas exercidas pela SEMTRE.....	611
Gráfico 9: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária sobre outras secretarias. ....	61
Gráfico 10: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária em relação à opinião pública. ....	622

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronologia dos Pensadores/ Fundadores e suas contribuições para a temática da solidariedade.....	21
Quadro 2: Outros Grupos de Economia Solidária em Vitória da Conquista. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC- Associação de Artesanato Conquistense

ACISGLAM- Associação Comunitária de Inclusão Social de Garimpeiros, Lapidários e Artesãos Minerais

ADS- Agência de Desenvolvimento Solidário

AEPS- Associação de Economia Popular e Solidária

ASPEC- Associação Solidária de Pequenos Empreendedores Conquistenses

CESOL- Centro Público de Economia Solidária da Bahia

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CMES- Conselho Municipal de Economia Solidária

CMES- Conselho Municipal de Economia Solidária

CNES- Conselho Nacional de Economia Solidária

COOPMAC- Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DENACOOOP- Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural

ES- Economia Solidária

FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social

FRIBOARTE- Grupo de Frivolité e Bordado

GEP- Grupo de Economia Popular

INSTITUTO INCLUSO – Instituto Conquistense de Inclusão Social

ITCP- Unicamp- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

ITCPs- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de lapidários e artesãos minerais

LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA- Lei Orçamentária Anual

MAPA- Ministério da Agricultura e Abastecimento

MEI- Microempreendedor Individual

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

ONG- Organização não Governamental

OP- Orçamento Participativo

OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PP- Políticas Públicas

PPA- Plano Plurianual

PRONAF- Programa Nacional de Agricultura Familiar

PT- Partido dos Trabalhadores

SDAC- Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SEMTRE- Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico

SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária

SNES- Secretaria Nacional de Economia Solidária

TRASCOOP- Cooperativa de Trabalho Solidário em Produção de Alimentos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	17
1.1 Economia Solidária .....	20
1.2 Ótica Antiutilitarista .....	28
1.3 Desenvolvimento da temática acerca da Economia Solidária no Brasil .....	30
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	38
2.1 Conceito e importância das Políticas Públicas .....	38
2.2 Relação entre Economia Solidária e Políticas Públicas .....	42
2.3 Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária .....	47
2.4 Políticas Públicas de incentivo à Economia Solidária em Vitória da Conquista/ BA .....	48
<b>3 O PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA</b> .....	51
3.1 Área de Estudo .....	51
3.2 O Conselho Municipal de Economia Solidária de Vitória da Conquista/ BA .....	52
3.3 Métodos e Técnicas.....	54
3.4 Análise dos Resultados Obtidos através do Questionário.....	55
3.4.1 <i>Composição do Conselho Municipal de Economia Solidária</i> .....	55
3.4.2 <i>Grau de articulação entre os segmentos do Conselho Municipal de Economia Solidária</i> .....	58
3.4.3 <i>Influência do Conselho Municipal de Economia Solidária nas instâncias de decisão política</i> .....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67
<b>ANEXO A - LEI N° 1.509/2008</b> .....	70
<b>ANEXO B - LEI N° 1.881/2013</b> .....	74
<b>ANEXO C – QUESTIONÁRIO</b> .....	76

## INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é uma alternativa econômica que ao longo dos anos ganhou atenção em vários países, incluindo o Brasil. Sua principal ideia é o pensamento coletivo, a cooperação e a solidariedade. Diferentemente do sistema capitalista, esta forma de organização busca a inclusão social dos indivíduos marginalizados pelo capital e prima suas habilidades em conjunto, a fim de promover uma melhor qualidade de vida inserindo-os no mercado como produtores e consumidores. Essa nova condição gera também confiança, autoestima e ânimo para estes cidadãos exercerem suas tarefas com melhor qualidade de vida, minimizando assim os problemas causados pelo sistema vigente.

Diante deste cenário a ES se insere como uma Política Pública (PP) capaz de diminuir de forma significativa a precarização do trabalho. Esse tema já vem sendo discutido no Brasil com maior aprofundamento desde o ano de 2001, através do Fórum Mundial Social, onde as experiências estrangeiras e nacionais serviram de base para estabelecer diretrizes para a implantação, no ano de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SNES) com objetivo de estabelecer normas norteadoras para a implantação da ES em Estados e Municípios.

A problemática principal que envolve este trabalho reside em responder, qual a contribuição do Conselho Municipal de Economia Solidária para o avanço da Economia Solidária em Vitória da Conquista no período de 2008 a 2018?

Nesse sentido, se estabelece a seguinte hipótese: a Economia Solidária, através da implantação do CMES em Vitória da Conquista/ BA é a Política Pública que tem os pressupostos necessários para construir uma sociedade com melhores condições de vida para os cidadãos e inclusão no mercado de trabalho.

Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho consiste em compreender a importância da Economia Solidária como Política Pública e estabelecer a relação da atuação do CMES na definição destas políticas, bem como se estas poderiam viabilizar alternativas de trabalho e desenvolvimento ao município de Vitória da Conquista.

Para isto, coube apresentar um histórico da ES a partir do Socialismo Utópico ao que desponta em dias atuais; estudar o desenvolvimento da temática acerca da ES no Brasil e no município em estudo e evidenciar casos de aplicação de Políticas Públicas de incentivo à Economia Solidária; analisar a atuação do CMES de Vitória da Conquista; e discorrer sobre a

relação entre Política Pública e ES as bases para a inclusão social e suas possíveis aplicações no município de Vitória da Conquista/BA.

Portanto, tópicos de pesquisa que envolvam esse tema são de grande interesse para a comunidade acadêmica brasileira e para todos os envolvidos nas disparidades da economia local.

Nesta monografia, as prováveis respostas aos questionamentos serão dirigidas teoricamente a partir das críticas fundadas em Karl Marx. De fundamental importância aqui também, são os apontamentos e estudos de teóricos como Paul Singer, França Filho e Laville, Karl Polanyi e Marcell Mauss. Tal opção teórico-metodológica deriva do conceito de que a sociedade vive sob o contexto do sistema capitalista, e as análises de tais teóricos nos possibilita interpretar sua estrutura e dinâmica, a fim de sugerir possíveis soluções aos problemas firmados pelo sistema vigente.

Para alcançar estes objetivos a metodologia utilizada inicialmente foi a pesquisa bibliográfica sobre os variados conceitos encontrados nos diversos autores para posteriormente verificar na prática, bem como um questionário investigativo com os membros do Conselho Municipal, paralelo à busca de informações junto aos órgãos públicos que permitiu entender o papel do CMES no desenvolvimento dos empreendimentos solidários no município.

Vê-se que, Vitória da Conquista é uma das cidades brasileiras que aderiram à ideia de implantar a Economia Solidária como um programa de desenvolvimento econômico e através da criação do CMES, no ano de 2008, visa atender de forma mais formal e organizada a esse demanda social.

Para garantir um melhor entendimento ao leitor é preciso entender como se dá a organização deste trabalho relacionado a Economia Solidária, desde o seu surgimento até os dias atuais, pautadas ainda em experiências já desenvolvidas. Deste modo estabelece uma sequência de ideias que permite conhecer o que é a ES, suas origens, identificar as ações de Políticas Públicas e conhecer o papel do Conselho Municipal dentro deste contexto.

Esta monografia está dividida em três capítulos, a saber:

O primeiro capítulo, “Histórico da Economia Solidária”, busca conceituar a Economia Solidária, fazendo um histórico de sua evolução, seus métodos e o desenvolvimento em alguns países, inclusive o Brasil. Faz-se ainda uma breve comparação com a ótica Antiutilitarista. A partir das idéias defendidas por alguns autores, tentou-se entender a ES como forma de produção e consumo, a fim de mais a frente diagnosticar se ela é capaz de

servir como base para a redução das desigualdades sociais e inclusão dos indivíduos marginalizados pelo sistema capitalista.

O segundo capítulo, “Políticas Públicas de Economia Solidária”, procura associar as Políticas Públicas de incentivo à Economia Solidária, percebe-se que os empreendimentos da área tem sido significantes para a autonomia, bem como a inclusão dos empreendedores sociais. Define-se ainda em que se fundamentam essas políticas, seus conceitos, sua evolução, relevância e efetivação na ES. Por fim, relaciona todo o estudo com a realidade de Vitória da Conquista- Bahia, afirmando que tais políticas são capazes de promover o desenvolvimento local por meio da geração de trabalho e renda, possibilitando a redução da exclusão social.

O terceiro capítulo, “O papel do Conselho Municipal de Economia Solidária de Vitória da Conquista/BA”, mostra o que está sendo realizado em Vitória da conquista/BA. Primeiramente, foi realizada uma análise da conjuntura, aspectos e evolução econômica da cidade em questão. Por conseguinte através de um método de abordagem indutivo, foi aplicado um questionário destinado aos Conselheiros Municipais de Economia Solidária. Onde observou-se o perfil geral dos conselheiros, evidenciando o grau de atuação do Conselho Municipal com o objetivo de ampliar o programa de Economia Solidária em Vitória da Conquista/BA. Realizou-se ainda a análise dos dados colhidos no que tange a composição do CMES, o grau de articulação entre seus segmentos e sua influência nas instâncias de decisão política.

A principal ideia é de que a Economia Solidaria como modelo de Política Pública, alicerçada ao Conselho Municipal de Economia Solidária, funciona de forma eficaz como uma alternativa de reduzir a exclusão social, proporcionar autoestima dos agentes por meio da valorização pessoal, trabalho em conjunto, solidariedade e crescimento mútuo. Gerando ainda uma maior movimentação de mercado, já que agora os indivíduos, antes desprovidos do poder de compra, podem participar do jogo de oferta e demanda. Proporcionando ainda desenvolvimento local.

## 1 HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os primeiros registros sobre Economia Solidária, idealizados de forma sistematizada, ocorreram na Europa em meados do século XIX. Conforme Singer (2002), o surgimento da economia solidária inicia-se pouco depois do capitalismo industrial, como uma alternativa ao assustador estado de pobreza dos artesãos oriundo da intensificação das máquinas e da organização da produção nas fábricas. Em consequência, observam-se várias formas de contestação ao sistema capitalista e a afirmação de iniciativas num sentido de possibilitar os trabalhadores melhores condições de vida; estas iniciativas eram norteadas através da auto-gestão e do método cooperativo e associativo.

Observam-se então, formas alternativas à organização social capitalista por meio do surgimento das cooperativas de trabalhadores na Inglaterra e as associações de operários na França.

Santana Júnior (2007) adiciona ainda ao estudo, as ideias dos participantes do “movimento” de ES que surge como propostas de melhoria de vida, conservação da natureza e uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico.

Do ponto de vista da economia solidária os participantes do “movimento” criticam a estrutura social capitalista e apontam uma série de propostas, visando o bem viver para todos, de forma colaborativa/integrada, e desenvolvem arranjos sócio produtivos distintos das empresas capitalistas. Eles defendem uma outra lógica de mundo, em que a competição dê lugar ao relacionamento fraterno, as agressões ao meio ambiente sejam substituídas por uma convivência harmoniosa com a natureza, a atividade laboral das pessoas deixe de ser alienante e desinteressante e passe a ser criativa e fonte de realização.

As organizações de economia solidária propõem, de um lado, resolver o problema da sobrevivência mais imediata através de alternativas econômicas. Por outro lado, procuram construir nessas alternativas novas formas de participação e decisão política que vão de encontro ao modelo capitalista e em busca de um novo patamar de desenvolvimento social. Aliás, essas práticas questionam, em seus objetivos, o próprio modelo de desenvolvimento capitalista, propondo uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico. (SANTANA JÚNIOR, 2007, p. 22)

Assim, também para Singer (2002):

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros

da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. (SINGER, 2002, p.114)

Singer (2002) utiliza uma terminologia denominada de cooperativismo revolucionário, movimento este que teve como primeiros idealizadores os socialistas utópicos, segundo Karl Marx. Martin Buber (1945) cita que os socialistas utópicos lutavam pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade. O referido autor faz uma síntese deste período dividindo o pensamento da economia social em gerações históricas citando pensadores com Saint-Simon e Fourier, Robert Owen, Kropotkin, Landauer e Proudhon.

Acrescenta ainda Singer (2002), o papel importante de Robert Owen no desenvolvimento estratégico de formas de contestação e insatisfação ao capitalismo. Segundo este autor, em meio ao crescimento do cooperativismo, o owenismo foi afirmado pelo forte movimento sindical e cooperativo dos trabalhadores. Ele observa também, que a insatisfação dos trabalhadores com seus patrões, ao invés de gerar reivindicações a fim de atingir melhorias salariais e de condições de trabalho, incidiam na tentativa de acabar com o assalariamento e implantar a autogestão. Os seguidores de Owen, conforme Singer, começaram a reprimir o comércio que almejava o lucro e fundaram os armazéns de troca, lá, os produtos eram comercializados com uma moeda própria ou ainda na forma de escambo.

França Filho e Laville (2004) mostram as raízes da economia solidária e destacam a diferença desta com a economia tradicional.

...a economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder-agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa, independente da detenção de um capital. Ela funda, assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem de

produção e da distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 47)

As experiências visualizadas nos Estados Unidos e Inglaterra demonstraram a criação de diversas comunidades cooperativas também no século XIX, porém em período curto de duração devido ao embate do movimento sindical inglês com a classe patronal e o governo.

Segundo Singer (2002), a cooperativa de George Mundie foi a primeira que se originou no ano de 1821, onde um grupo de jornalistas reuniram-se em Londres e sugeriram a formação de uma comunidade em que os ganhos fossem repartidos igualmente entre eles. No ano de 1826, foi criada a comunidade de Orbiston, liderada por Abram Combe. Em 1827, William King liderou a Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), um armazém cooperativo com o intuito de formação de fundo de capital. Esta associação arrendou terras e deu possibilidades de emprego na produção de legumes para comercializados no armazém.

Em 1844 surgiu também a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, que serve de inspiração para o Cooperativismo e a Legislação dos dias atuais.

As ondas da economia social europeia apresentaram basicamente três momentos de destaque. Observou-se que em meados dos anos 40 do século XIX um novo modelo de trabalho (concorrencial), trouxe ao mercado sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Em seguida a crise dos anos 1873-1895 que trouxe a modernização e investimentos robustos para a agricultura e nos recursos naturais. Por fim a crise econômica dos anos 1929-1932, já no século XX, provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra Mundial levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais.

Após um período de separação do conceito social do econômico, depois da Segunda Guerra Mundial, a ideia da Economia Social volta a ganhar força a partir dos anos 70 com uma nova crise do sistema capitalista que trouxe, dentre outras coisas, o desemprego e a falência das empresas. Passou-se a difundir, até metade dos anos 80 uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Desde então um novo movimento de economia social vem se desenvolvendo na Europa, onde economistas, sociólogos e

pesquisadores debatem a teoria de autogestão, com maior autonomia aos trabalhadores de gerirem os seus empreendimentos.

### **1.1 Economia Solidária**

A Economia Solidária aborda as maneiras e vias de produção, consumo e poupança que os cidadãos vêm empreendendo na busca de sua sobrevivência por meio de arranjos organizacionais diferentes dos empreendimentos capitalistas. Para França Filho e Laville (2004) essa abordagem implica a existência de:

uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por banco populares, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as empresas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.15)

Assim, França Filho e Laville (2004) defendem a ideia de que o termo Economia Solidária foi construído simultaneamente em duas realidades diferentes nos anos 90, no Brasil e na França. No Brasil temos o surgimento dos estudos de Paul Singer, conceituando o fenômeno como Economia Popular e na França por meio das pesquisas de Jean Louis Laville et Benard Eme que descrevem essas formas de organização como Economia Solidária.

Compreender o funcionamento da dinâmica em volta da Economia Solidária requer o entendimento inicial acerca dos princípios e pressupostos fundamentais dessa linha de pensamento difundida no século XIX. Na pós-modernidade vivenciamos mutações sociais que revelam o quadro de exclusão social existente. Dentro desse parâmetro de percepção diversos

autores mantêm suas pesquisas acerca da temática da Economia Solidária, sendo assim um objeto de estudo constante.

Assim, o Quadro 1 pode ser interpretado conforme discorre Oxoby (2010):

as diferenças de contextos históricos, políticos, econômicos e culturais são traduzidas - como já foi observado - em experiências de Economia Solidária que apresentam seus próprios traços distintivos de outras formas de Economia Solidária. Dado que todo campo teórico é nutrido pela realidade de que tenta explicar, as diferenças mencionadas acima se refletem em desenvolvimentos teóricos que são igualmente diferentes. (OXOBY, 2010, p. 161)

Quadro 1: Cronologia dos Pensadores/ Fundadores e suas contribuições para a temática da solidariedade.

<b>Pensadores / Fundadores</b>	<b>Período Histórico</b>	<b>País</b>	<b>Principais Contribuições</b>
Robert Owen	1799	Inglaterra	Importância da qualidade de vida dos funcionários e primeira cooperativa;
Charles Fourier	1808	França	Criação de unidades produtivas lastreadas no cooperativismo total;
Saint-Simon	1825	França	Acreditava que a religião tinha o papel mantenedor e de reestruturação da vida dos mais necessitados;
Cartismo: William Lovett e Feargus O'Connor	1830	Inglaterra	Visavam a inclusão da luta operária na política;
Pierre Joseph Proudhon	1840	França	Ponderava em favor das associações de trabalhadores, bem como em favor dos trabalhadores do campo frente aos meios de produção;
Karl Marx	1841	Inglaterra	Estava a par do processo excludente da industrialização e apoiava o proletariado;
Pioneiros de Rochdale	1844	Inglaterra	28 tecelões, fundaram e unificaram princípios, como: compra e divisão coletiva dos suprimentos e criação de uma cooperativa;
Eduard Pfeiffer	1857	Alemanha	Precursor do movimento cooperativo para consumo independente, sendo um dos precursores do movimento cooperativo alemão;
Victor Aimé Huber	1820	Alemanha	Ponderava acerca do ideário sóciopolítico, dando apoio a classe dos trabalhadores fundando instituições e abrindo escolas, sendo um dos precursores do movimento cooperativo alemão;
Karl Korthaus	1901	Alemanha	Apoiava de modo jurídico e filosófico as cooperativas sociais alemãs;
Karl Friedrich Wilhelm Haas	1857	Alemanha	Forte influenciador dos movimentos cooperativos alemães, foi motivador dos conselhos comunitários em prol de sua segurança para aquisição de matérias primas;

Friedrich Wilhelm Raiffeisen	1847	Alemanha	Concretizava ações de crédito para populações rurais e menos favorecidas, sendo um dos precursores do movimento cooperativo alemão;
Hermann Schulze Delitzsch	1850	Alemanha	Forte apoiador das cooperativas, estava ligado as causas populares, sendo um dos precursores do movimento cooperativo alemão;
Piotr Kropotkin	1871	Rússia	Ativista libertário, visava dar auxílio a populações marginalizadas e menos favorecidas ;
Émile Durkheim	1893	França	Precursor das discussões acerca de dois tipos de solidariedade: orgânica e mecânica
Gustav Landauer	1893	Alemanha	Defensor da população, via os modelos cooperativos como meio de transformação social;
Marcel Mauss	1898	França	Ponderava sobre o papel da Dádiva na sociedade, sendo o ato de dar e receber algo simbólico e transformador, quando visto sob a égide do bem cristão;
Alphonse Desjardins	1901	Canadá	Fundador da primeira cooperativa de crédito da América do Norte: poupança banco Quebec;
Moisés Coady e Jimmy Tompkins	1920	Canadá	Apoiavam grupos de estudo e ações cooperativas como forma de transformar o contexto social, fundaram a habitação cooperativa e a "Tompkinsville";
Jaroslav Vanek	1948	Rep. Tcheca	Estudioso acerca da temática economia de participação e cooperativas de trabalhadores, analisava modelos de auto gestão;
José María Arizmendiarieta	1956	Espanha	Fundador do movimento cooperativo Mondragón, visava incluir a influência cooperativa como fonte de emprego para a população;
Pierre Bourdieu	1960	França	Análise da incorporação da estrutura social, fortemente influenciada pelo pessimismo no modelo de educação tradicional;
Paul Singer	1968	Brasil	Precursor dos bancos comunitários no Brasil, sendo instrumentos positivos de erradicação da miséria;
Movimentos Comunitários de Estudantes e Mulheres	1970	Canadá	Movimento que visou a construção de um perfil solidário para a comunidade de estudantes e mulheres;
Luis Inácio Gaiger	1981	Brasil	Pondera acerca da importância da economia solidária como título de transformação social em comunidades pobres;
José Luís Coraggio	1982	Argentina	Reflexões teóricas de possibilidades e caminhos para uma outra economia na América Latina
Jean-Louis Laville	1983	França	Reconhece a importância da economia social como parâmetro de melhorias sociais;
Muhammad Yunus	1983	Bangladesh	Criador do conceito de microcrédito e fundador do banco Grameen, acredita que pode realizar empréstimos sem garantias reais para melhoria das condições da população mais pobre;
MST	1984	Brasil	Visavam a reforma agrária e justiça social com forte influência do socialismo, no intuito de redistribuir terras improdutivas;
José Ricardo Tauile	1987	Brasil	Estudioso dos modelos de auto gestão e das relações do trabalho para o desenvolvimento com forte influência da economia solidária;

UFRJ	1995	Brasil	Visa formar gestores públicos em economia solidária, uma parceria da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, com o apoio da Fundação Banco do Brasil.
------	------	--------	---

Fonte: Elaboração própria com base em Sandroni (2014), Cielo (2015), Scopus (2015), The Economist (2015), IPEA (2015).

Assim, a primeira vista podemos notar que o contexto europeu se preocupa em conceituar e criar categorias das relações com os outros setores econômicos, bem como configurar os limites da Economia Solidária como campo teórico e social. Isto se dá pelo contexto econômico e político dos países centrais, que enfrentam altas taxas de desemprego e problemas sociais.

Ademais, o fato de manter o empirismo que norteia a teoria com a aplicação em diversas comunidades, associações e sindicatos, contribui com as zonas de reflexão que estão postas no mercado atual.

Diante de tal conjuntura de ricos apontamentos, propõe-se continuá-los sob a ótica de duas linhas teóricas, presentes no século XIX, que deram uma grande contribuição para a contemporaneidade da temática solidária.

A primeira linha teórica vem das críticas formuladas por Karl Marx, principalmente evidenciadas em seu livro *O Capital*, onde o autor descreve o funcionamento do sistema capitalista e seu modo de produção. Marx (1977) evidencia que o capitalismo, com a implantação de novas tecnologias e com a dispensa da mão de obra barata, gerou novas formas de exploração da mais-valia, que ele compreende como o excedente produtivo dos trabalhadores. Afinal as máquinas vieram para multiplicar os ganhos, mas grande parte dos trabalhadores foi dispensada por falta de emprego, sendo que o avanço tecnológico trouxe facilidades no trabalho de quase todos os funcionários.

Com isso houve muitas transformações que implicaram em novas organizações sociais, como exemplo, a transformação da atividade artesanal em manufatureira fabril, e a imigração do campo para a cidade. A carga horária era extensiva e desumana, onde camponeses se tornaram trabalhadores assalariados nas fábricas das cidades. Homens, mulheres e crianças se viam obrigados a trabalhar acima dos limites compreensíveis.

Com essa substituição de trabalhadores por máquinas, a mão de obra se tornava cada vez mais barata, os salários tinham contínuas diminuições que mal podiam garantir seu próprio sustento, ou melhor, mal dava pra comprar os alimentos de cada dia. Esse era um dos

principais fatores, para o trabalho quase que escravo, pois em uma mesma casa, de uma mesma família, trabalhava-se: pai, mãe e filhos com o intuito de no final do mês o dinheiro que fosse recebido desse ao menos para sua própria sobrevivência.

O crescimento desordenado, devido ao aumento constante de imigrantes a procura de trabalho e em busca de um meio de sobrevivência – Marx conceituou como Exército Industrial de Reserva - aumentou também a falta de saneamento básico, a falta de moradia, o aumento de doenças, vários casos de epidemia, afinal grande parte da população vivia de condições desumanas.

Após a Revolução Industrial, surgiu uma nova classe social, o proletariado, que eram trabalhadores livres que surgiram a partir de um grupo, estes vieram com um intuito de reivindicar importantes papéis na história da sociedade de todo o mundo. Através dessas lutas operárias e dos sindicatos, os graves problemas sociais que afetavam a classe trabalhadora geravam sentimento de revolta entre o proletariado.

Assim, vê-se que as entidades sindicais e organismos partidários contrários ao modelo capitalista existente na época, foram muito importantes para a formação dessa frente de defesa em favor dos trabalhadores, além de diversos pensadores europeus (Marx, Hegel, Weber) em grande maioria filósofos, homens da ciência ou até mesmo sociólogos profissionais. Esses homens, por sua vez, participavam de debates e discursos com fundamtações ideológicas onde estavam presentes ideias conservadoras liberais e sociológicas.

Os principais objetivos de seus debates eram ações para conservar, reformar ou modificar radicalmente a sociedade de seu tempo, afinal o que mais havia naquela época era uma falta de igualdade social, ou seja, grandes lucros para uma classe e quase nada pra outra, sendo que o principal meio de renda estava na mão do povo que trabalhava muito e ganhava o mínimo para sua subsistência.

A segunda teoria sobre a temática social é exposta por Giorgetti (2010) no que se refere aos anos de 1860 e 1870, onde acontece o período de urbanização caracterizado como o momento da história onde surgiu o conceito de marginalidade, ou seja, “os marginais tidos como marginalizados” são frutos dos processos de modernização da sociedade (GIORGETTI, 2010, p. 28).

Foi nesse período que surgiram novos padrões de acumulação do capital, mudando rapidamente os ambientes produtivos e o conjunto da vida social e política. Neste momento as indústrias estão voltadas para os produtos de alto valor agregado e mercados específicos, buscando a versatilidade e a flexibilidade para responder a novos padrões de consumo e a intensificação da concorrência capitalista.

Esse contexto vem trazendo o agravamento do desemprego estrutural, pois novas modalidades produtivas vão sendo incluídas nos locais de trabalho, aumentando as formas de exploração no trabalho, generalizando a insegurança no emprego e disseminando formas precárias de contratação, ainda aborda o tema a cima falando que muitas das estratégias adotadas pelas empresas em busca de uma maior lucratividade passam pelo aumento da precarização das relações trabalhistas, modelos terceirizados e contratações subvalorizadas.

O aumento do desemprego foi também chamado de “superlotação relativa” que adquire formas variadas, segundo ela as principais são: a flutuante que se forma através dos trabalhadores de grandes centros industriais, onde os vínculos empregatícios são frágeis e instáveis, sem falar na ocultação do trabalho nas áreas rurais, quando as relações capitalistas estão inseridas, e a superlotação formada por trabalhadores que não conseguem trabalhos fixos e perambulam entre uma ocupação e outra (MARX, 1984).

A idéia da Economia Solidária ganhou uma relevância maior a partir da segunda metade do século XX, já que passou a ter um papel desenvolvimentista e alternativo de trabalho dentro do sistema capitalista.

É preciso entender que o capitalismo se notabilizou ao longo da história como um sistema controverso e sujeito a crises cíclicas visto que durante a primeira metade do século houve a contraposição realizada por Keynes, da teoria clássica de mercado postulada por J.B. Say.

Alban (1999) e Singer (2006) citam que Say dizia que a idéia de superprodução no mercado era impossível, porque o indivíduo que produz cria uma capacidade de consumo igual à de produção e em relação ao mercado de trabalho os trabalhadores não teriam problemas em se empregar, assim o desemprego seria algo voluntário, pois acreditava-se que sempre haveria empregos para aqueles que aceitassem os determinados salários.

Sendo assim diante de todo esse volume na indústria, aumenta a quantidade de mão de obra, que começa a ser efetivada para qualquer ramo da produção até para trabalhos temporários. Dessa forma o que antes era resultado da acumulação capitalista, nesse momento passa a ser indispensável para o prosseguimento da manutenção do capital. Assim fica claro que a acumulação do desemprego acontece devido a esses acontecimentos referentes a forças produtivas embaixo das relações sociais de produção capitalista.

Todo esse processo do sistema capitalista veio trazendo impasses para a população inserida nos problemas citados acima, pois dessa forma eleva-se o quantitativo de pessoas que estão fora dos parâmetros de atividade econômica, excluída e afastada dos direitos básicos.

Deve-se lembrar de que a classe de operários são as que mais sofrem com o crescimento do capitalismo, pois dependem da compra da sua mão de obra.

Santana Júnior (2007) acrescenta que:

Logo, se o aparelho produtivo capitalista repele um número crescente de indivíduos, parte daqueles que ficam desempregados e dos jovens que não conseguem o primeiro emprego encontra possibilidades de sobrevivência em arranjos produtivos distintos da lógica capitalista. É a presença e persistência do desemprego que contribui para o desenvolvimento de novas organizações econômicas solidárias, visando à garantia da subsistência de parcelas crescentes dos habitantes. Entretanto, há que se salientar que esta seria uma condição necessária, porém não suficiente para a conformação da economia solidária. (SANTANA JÚNIOR, 2007, p.64)

O desemprego favorece a fragmentação do indivíduo, tornando-o frágil diante dos padrões que a sociedade estabeleceu como aceitáveis. O homem responsável por sua família e que perde o emprego, é visto como alguém que não consegue cumprir seu papel e provedor. Ao sofrer essa pressão externa por parte do mercado de trabalho, e por se sentir internamente fracassado, esse homem passa a se afastar de todos, gerando uma perda de vínculo familiar.

Portanto todo esse contexto não significa que os homens sejam conscientes, ou inconsciente movidos por motivos econômicos. Ordinariamente são motivados pelo contexto em que estão inseridos, que se reflete na mente do indivíduo. Sabendo que estruturas sociais, tipos e atitudes, não se fundam facilmente. Uma vez formadas elas se mantêm.

Contudo, é importante ressaltar ainda os movimentos do capital e suas relações de produção, admitindo que o funcionamento econômico não se restringe apenas às relações provenientes do capital e da redistribuição estatal, deve-se considerar outras formas de relações e organizações presentes na sociedade, admite-se neste contexto a ideia de Economia Plural, esta transcende as limitações das práticas estritamente mercantis e da racionalidade instrumental, é uma economia mista constituída por uma pluralidade de princípios econômicos, tais já foram objetos de estudo de grandes economistas heterodoxos como Karl Polanyi, Boulding e Hirschman.

Santana Júnior (2007) afirma que a ideia é a de que a produção de bens e serviços na sociedade lança mão de outros princípios econômicos (reciprocidade e domesticidade – dádiva), compondo deste modo a interpretação plural da economia como estuda Karl Polanyi. Este autor, não hierarquiza os princípios econômicos, sugerindo que o mercado, independente

do qual e de que período pode conviver com os outros princípios econômicos, desde que seja ele (mercado) submetido ao controle de outras práticas sociais.

A partir dessas idéias podemos analisar a Figura 1 abaixo:

Figura 1: Economia Plural.



Fonte: França Filho e Laville, 2004, p.34.

Por meio da análise da Figura 1, percebemos a interação de diferentes princípios para compor o funcionamento econômico. Deste modo, a produção e distribuição de bens e serviços é composta da articulação entre mercado (auto regulação do mercado), redistribuição (Estado), reciprocidade (economia não monetária) e domesticidade (autossuficiência/dádiva).

Assim, esta análise nos permite pensar a sociedade além da idéia centrada exclusivamente no mercado e no estado, adicionando na construção da produção de bens e serviços outros princípios econômicos importantes.

A Economia Solidária depende de uma economia plural, isto é, da visão de uma pluralidade de princípios (princípio da troca mercantil, princípio da reciprocidade e princípio da redistribuição), bem como, de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis, recursos não-mercantis e recursos não-monetários (voluntariado).

Partindo da idéia do Movimento Anti-Utilitarismo nas Ciências Sociais, a inserção social da economia pode ser analisada a partir do fenômeno da dádiva, tal como foi estudada por Marcel Mauss, que mostra uma dimensão importante da economia plural, visto a presença da reciprocidade e a importância das inter-relações sociais no próprio cerne da economia de

mercado. A dádiva é, neste ponto, o ente gerador da organização social como uma promotora do crescimento de determinada sociedade.

Tal análise nos direciona ainda a fazer um breve apontamento sobre a ótica antiutilitarista.

## 1.2 Ótica Antiutilitarista

Como proposta de intervenção social, visando a construção de uma estruturação para o pensamento em voga do antiutilitarismo viu-se um grupo de pensadores franceses fortemente influenciado por Alan Caillé, iniciarem a organização de um grupo intitulado Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais. Como exposta na ágrafe, a idéia desse núcleo de estudos era poder trazer os apontamentos do Sociólogo Marcel Mauss (1872-1950) e seus estudos realizados no século XIX, esses apontamentos estão alicerçados na condição social da dádiva, sendo esse paradigma um modelo de sustentação da solidariedade econômica (OXOBY, 2010).

Segundo esta abordagem, existe uma diferença do intercambio mercantil, pois a dádiva não exige nada em troca, visto que busca conservar o vínculo social. Assim, a doação, mesmo buscando ser um ato gratuito, origina uma obrigação. Nessa abordagem não se pode tentar entender a dádiva baseada nos princípios de funcionamento das esferas mercantil ou estatal, devemos buscar identificar aquilo que fundamenta a dádiva, isto é, partindo do ato de doar.

A proposta desenvolvimentista dos estudos de Mauss permeava nos conflitos inerentes ao culto utilitarista, pois já se apresentava uma sociedade do consumo estruturada na condição de ter, essa ramificação estava se impondo dentro das ciências sociais da época, fator de extrema motivação para as críticas.

Todavia, os aportes teóricos de Mauss têm como fundamento antropológico as conveniências advindas de uma sociedade pouco explorada no tempo de análise de seus estudos, ele mergulhou em contextos indígenas para compreender o modelo de organização social e sua estrutura de subsistência. Essa experiência ocorreu usando a antropologia e a sociologia, baseando em estudos etnográficos de pesquisadores como Malinowski (1884-1942) e Brown (1881-1955), onde o objeto de estudo foram determinadas regiões da Polinésia, algumas tribos dos Estados Unidos da América, além de comunidades primitivas chinesas. (ALVES E BURSZTYN, 2009, p. 593)

Como ponto fundamental de sua obra, tem-se em Mauss, que a dádiva é o ente gerador da organização social como uma promotora do crescimento de determinada sociedade. Existe para tanto uma simbologia acerca dessa construção, conforme também discutido em Stuart Mill (1806-1872), vê-se que uma sociedade que visa o crescimento e organização social a partir dos interesses pessoais tende a manter um nível de ganhos das relações de troca que gera um fato social positivo.

Cabe esclarecer que nesse contexto o simbolismo dos fatos sociais estão inter-relacionados com a noção da dádiva. Assim, para Mauss (1974) a dádiva atua como um pilar orientador das relações sociais, posto que envolve uma necessidade natural de cada indivíduo, ou uma obrigatoriedade moral para com a sociedade, devido a simbologia que os cercam, lembrando a tríade da fraternidade.

Diante dessa compreensão, cabe a leitura da interpretação de Alves e Bursztyn (2009) acerca do que venha a ser dádiva;

A dádiva é uma aposta sustentada na incerteza (o ato de dar não significa que o outro aceitará; e, se o outro aceita, não significa que retribuirá) e na inexistência de mensuração de valores, pois não existe relação numérica entre o que se dá e o que se recebe. Por outro lado, o ato de dar confere ao doador poder e autoridade sobre o donatário, até que o último retribua a doação e se inverta a situação. Porém, não é um jogo de interesse, pois o ato de dar tem um componente afetivo. Trata-se, sobretudo, de uma obrigação de liberdade, ou seja, ela é indissociavelmente livre e obrigada, interessada e desinteressada. É representada por formas socialmente instituídas, mas não como mera obrigação ritual, pois deixa espaço para a iniciativa pessoal. Diferentemente do que acontece numa concepção utilitarista, o interesse está no final do processo, e não no início, e será compensado pela generosidade, caso tudo dê certo. Neste movimento ocorre a circulação obrigatória de riquezas. (ALVES E BURSZTYN, 2009, p. 593)

No seio dessa teoria, devem-se compreender algumas proposições continuadas pelo grupo de estudos. Existe uma forma clara de diferenciação do que está disposto no cenário econômico natural, conforme preceituava Adam Smith (1723-1790), existe uma mão invisível que regula as relações de troca, sendo essa a concepção do modelo liberal. Nesse ínterim a racionalidade dos agentes está baseada na economia do mercado, onde a confiança nos contratos devem ser privilegiadas em função dos valores mercantis que são objetivados. Essa concepção vai de encontro ao que se propõe atuar nos valores da dádiva.

Conforme aponta Mauss (1974) não existe dádiva para uma relação que não seja aquela que visa uma relação de troca mútua e valorosa para ambas as partes, posto que não

ocorre apenas simples trocas individualizadas, o foco dos preceitos antiutilitaristas está na coletividade e sua relação social. O símbolo como fonte inspiradora das relações de troca, realça o significado e transparece a relação que deve ser vivenciada pelo meio em que está inserida a sociedade. Assim, as relações existentes no modelo se realiza em função da vontade de construir laços, relações (valor das pessoas) e não pela utilidade dos bens (valor de uso) ou em função de seu valor monetário (valor de troca).

Diante de tais aspectos, identifica-se que dentro das proposições da dádiva, nenhuma outra orientação capitalista se encontra, não há inerência mercantil nos modelos de vivência. Esses modelos estão lastreados nas relações de trocas primitivas, que visam garantir o ganho da coletividade. Vai de encontro ao que é produzido pela economia de mercado e pelas estruturas verticalizadas discutidas por Marx. Seu intuito primordial é gerar um ambiente em que o sentimento plantado seja da união e perspectivas claras de solidariedade e generosidade.

Para compreendermos ainda melhor a dinâmica da evolução da Economia Solidária, faz-se necessário um estudo sobre seu desenvolvimento no Brasil, o que será evidenciado no próximo item.

### **1.3 Desenvolvimento da temática acerca da Economia Solidária no Brasil**

A Economia Solidária no Brasil surge dentro de um contexto distinto do que ocorreu na Europa e na América Latina, visto que o país possui uma economia em desenvolvimento e passou por um período de intensa industrialização e crescimento econômico a partir de 1930.

Santana Júnior (2007) afirma que o surgimento e desenvolvimento da economia solidária no Brasil se deve aos processos sócio-políticos e práticas socioeconômicas vivenciadas pelo país ao longo do tempo:

Uma parte considerável das práticas de economia solidária no Brasil é a continuidade de experiências empreendidas pelo movimento social no passado recente, seja no tocante a experiências ligadas à geração de trabalho, emprego e renda que se iniciaram ainda nos anos 1970, seja no que diz respeito a experiências no intuito de implementar arranjos produtivos autogestionários. Dessa forma, defendemos a tese de que a economia solidária é fruto e continuidade desses diversos processos sócio-políticos e práticas socioeconômicas que, ao longo do tempo, construíram práticas produtivas não capitalistas e que, à custa de tentativas e erros, avançaram no seu patamar organizativo, na sua importância social e no alcance dos seus resultados.

Tais experiências eram incentivadas por igrejas e organizações da sociedade civil que se preocupavam em criar, apoiar e incentivar atividades produtivas no seio dos extratos mais pobres da população. A ajuda consistia no apoio financeiro (muitas vezes a fundo perdido) e treinamento dos participantes nas técnicas produtivas e de gestão dos empreendimentos. Com isso, queremos afirmar que a gênese da economia solidária no Brasil não está relacionada à crise do emprego dos anos 1990. (SANTANA JÚNIOR, 2007, p.88)

Cardoso (2000), ressalta que a formação do mercado de trabalho brasileiro era constituída basicamente por escravos e imigrantes. O processo de industrialização e urbanização no Brasil ocorre a partir dos anos 30 e se consolidou a partir da criação da CLT-Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, com o crescimento do assalariamento formal. Até meados dos anos 80 as ocupações regulares e registro de carteira apresentou uma expansão considerável no país.

Entretanto uma parte deste mercado de trabalho apresentava uma estrutura menos desenvolvida em termos da relação de trabalho em comparação ao trabalho formal. Segundo Cardoso (2000) essa diferença se dava por conta dos desníveis de organização das unidades produtivas, onde as empresas de melhor estrutura e líderes de mercado se apropriavam de um excedente social maior, devido à baixa concorrência em detrimento das outras unidades produtivas mais atrasadas. Aliado a isso percebeu-se a presença de trabalhadores migrados das zonas rurais e negros que compunham uma classe pouco estruturada e marginalizada de trabalhadores no Brasil.

Esse processo de desnivelamento entre o trabalho formal registrado em carteira e o trabalho com uma estruturação mais precária aumentou significativamente a partir da década de 1980, porém com modelo de assalariamento em declínio em detrimento ao aumento de trabalhadores sem carteira, trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores.

Diante desse cenário a Constituição Federal de 1988 já preconizava um sistema que promovesse uma proteção e participação social já que as desigualdades sociais não se reduziriam com o crescimento econômico.

A tendência de precarização do trabalho se manteve em crescimento durante os anos 1990, devido a fatores relacionados ao aumento de ocupações não assalariadas, trabalhadores sem carteira assinada e aqueles que estabeleceram relações trabalhistas para autoconsumo. A remuneração média real do trabalhador é outro fator relevante na análise da precarização do trabalho, onde se observou que 2002, a remuneração média, era de cerca de R\$ 557,00, enquanto em 1996 ela tinha alcançado o patamar de R\$ 615,00.

Medidas governamentais como o MEI (Microempreendedor Individual) trouxeram a esse grupo de trabalhadores uma formalidade maior. Entretanto a precarização é algo ainda muito presente nas relações trabalhista do mercado brasileiro e os efeitos da constituição ainda são poucos para evita-la.

Pochmann (2004), classifica as principais tendências vistas no mercado de trabalho brasileiro em dois períodos distintos:

De um lado, a tendência de estruturação do mercado de trabalho. Durante o processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho (1940-1980) houve a expansão tanto do emprego assalariado, principalmente com registro, como das ocupações nos segmentos organizados da economia (tipicamente capitalistas).

De outro lado, a tendência de desestruturação do mercado de trabalho associada à expansão do desassalariamento, desemprego e ocupações nos segmentos não-organizados. Os quase 25 anos de crise no desenvolvimento capitalista resultam do abandono da industrialização nacional e da adoção de políticas neoliberais voltadas à reinserção subordinada e passiva do Brasil na economia mundial.

Não obstante o agravamento do quadro econômico e social identifica-se o aparecimento de novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. A combinação entre força de trabalho sobranse às necessidades do capital de novo tipo (escolarizada e com formação profissional, não imigrante rural e com cultura de trabalho) e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária. (POCHMANN, 2004, p.32)

Estudados estes aspectos, podemos ver que a ES apareceu no Brasil como um setor próprio, antigamente denominado de cooperativismo, autogestão, economia popular ou ainda economia informal. Porém percebeu-se que todos esses grupos faziam parte de um grupo maior, denominado de Economia Solidária.

Segundo a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP- Unicamp), existem princípios norteadores da Economia Solidária que são trabalhados atualmente no Brasil, esses princípios são:

- 1) Autogestão. Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
- 2) Democracia. A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;

- 3) Cooperação em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando coma “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
- 4) Centralidade do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;
- 5) Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual;
- 6) Emancipação. A Economia Solidária emancipa, liberta;
- 7) Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular;
- 8) Valorização da aprendizagem e da formação permanentes;
- 9) Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana;
- 10) Cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas.

Ainda, conforme a ITCP- Unicamp, o desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional.

Várias foram às transformações e mobilizações que definiram a Economia Solidária no que ela representa hoje. É um meio de sobrevivência, onde a geração de emprego e renda é vista de forma mais igualitária, visando o ganho de determinada comunidade, associação, cooperativa ou qualquer outra forma de organização onde a representação seja dos trabalhadores.

Santana Júnior (2007) defende que:

...a economia solidária suscita uma conexão com várias questões e está particularmente ligada à problemática da subsistência, do combate à pobreza, do desenvolvimento local e a propostas de emancipação social. Assim, em tempos de neoliberalismo e fim do socialismo real, cresce o número de experiências, de apoiadores e de acadêmicos interessados pela temática. Aquele setor que era denominado de ‘informal’, ‘marginal’, ‘trabalhador por conta própria’ ou de ‘economia popular’ se multiplicou e parte dele se metamorfoseou em economia solidária. (SANTANA JÚNIOR, 2007, p.129)

Nesse modelo econômico a condição de detentor dos meios de capital, ou explorador, não existe. O que prevalece é uma grande fraternidade, sem intuito de levar vantagem do colega de trabalho ou do próprio meio ambiente, em casos de destruição da natureza.

Dentro desse contexto e dentre as várias características que agregam valor a condição de ES para determinada forma de empreendimento, cabe perceber que a autogestão é o método determinístico do que é apropriado enquanto renda e investimento. Essa condição só é possível, devido o fato de que grande parte dos trabalhadores serem seus próprios “patrões”, a gestão e a administração de tudo que ocorre nesse espaço é coletivamente discutido e aprovado em assembleia, o que gera um processo de votos universais entre os que fazem parte de determinada comunidade. No entanto em alguns casos estes procedimentos passam por algumas dificuldades, assim como em qualquer tipo de organização, o que deve ser avaliado a fim de solucionar as falhas existentes em cada caso.

A partir dessa apresentação, cabe compreender a aplicação de tais princípios em um contexto de relacionamento e aplicação da Economia Solidária.

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), os aspectos da ES vistos nestes processos fazem com que suas definições se tornem ainda mais fortes: autogestão, cooperação e solidariedade. Deste modo, os integrantes desta economia são associações, cooperativas e empresas de autogestão, onde todos trabalham e são donos do próprio empreendimento.

Assim, as práticas de economia solidária desenvolvidas no Brasil atualmente vêm efetivando a participação, principalmente nos grupos sociais desfavorecidos economicamente, sendo vistas por laços sociais de solidariedade. Deste modo França Filho (2004) afirma que:

Essa é precisamente a razão pela qual consideramos que os projetos de uma economia popular e solidária têm vocação para a transformação institucional,

mesmo que limitados a um plano local ou “microlocal”, como no caso do contexto de um bairro, por exemplo. Afirma-se, nesse sentido, uma dimensão fundamentalmente política das práticas dessas formas de organização, um aspecto político que, nesse caso, não está relacionado a uma forma qualquer de tomada de poder institucional, mas a uma questão de agir no espaço público. Essa é a razão pela qual pensamos tais práticas como contribuindo para a construção de espaços públicos de proximidade. E isso, precisamente, em função da segunda característica que atribuímos ao fenômeno, aqui chamada de “construção conjunta da oferta e da demanda”. Ou seja, nas práticas de economia solidária, a oferta, ou a elaboração de atividades econômicas, deve estar estreitamente vinculada às necessidades ou demandas reais expressas localmente (que não foram, obviamente, satisfeitas pelo mercado ou pelo Estado). Isso torna sem sentido o princípio da concorrência e aponta para uma das vocações principais de tais iniciativas, que é a de fomentar a construção de cadeias socioprodutivas locais, onde oferta e demanda são ajustadas pela ação consciente e deliberadamente acordada entre produtores (ou prestadores de serviços) e consumidores locais. (FRANÇA FILHO, 2004, s/p)

A Economia Solidária no Brasil vem se desenvolvendo com impulso e ganhando posição de destaque. Durante este percurso podemos destacar a relação com a economia popular, com a contribuição governamental a partir de 2003 principalmente e com o crescente número de entidades de apoio e fomento a economia solidária.

Em seus estudos e pesquisas sobre o tema, Santana Júnior (2007) aponta que:

Atualmente há registro de empreendimentos solidários do tipo cooperativas populares (Ex: Cooperativa Catende em Pernambuco), cooperativas industriais de trabalhadores, associações de moradores (Ex: Conjunto Palmeiras no Ceará), sistema de crédito solidário (Ex: Banco do Povo de Belém – Pa), empresas autogestionadas, rede de projetos comunitários, experiências alternativas de comércio (clubes de troca), habitação, crédito e organizações fundadas em princípios éticos (os participantes do comércio justo e de redes de colaboração solidária). Além destas iniciativas, há uma extensa lista de sujeitos envolvidos com a questão: instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), entidades de apoio (Cáritas (igrejas), MST, ADS/CUT e Universidades) e formas organizativas do próprio movimento (redes, fóruns e associações). (SANTANA JÚNIOR, 2007, p.108)

O autor ainda acrescenta que:

Nos últimos anos, o movimento adquiriu grande impulso, multiplicando o número de experiências e as áreas de atuação, mas, principalmente, ampliando e melhorando o patamar organizativo. Diversas redes foram formadas, coadunando a ação dos diversos sujeitos envolvidos (organizações, incubadoras, gestores públicos, pesquisadores). Um Fórum Nacional foi criado e conseguiu-se a institucionalização de muitas representações nas diversas esferas governamentais, inclusive com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a partir de 2003. Segundo pesquisa realizada conjuntamente pela SENAES e por entidades do “movimento”, o Brasil possui aproximadamente 15.000 empreendimentos, 52 de economia solidária, sendo que 44% destes se encontram na região nordeste; 17% na região sul; 14% na região sudeste; 13% no norte; e 12 % na região Centro- Oeste. (SANTANA JÚNIOR, 2007, p.109)

Por meio destes apontamentos, podemos perceber a intensidade que este “movimento” vem ganhando forças na sua organização. De fundamental importância são os fóruns, redes de apoio, incentivos, projetos comunitários, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), ações governamentais em apoio à Economia Solidária dentre outros.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica (2010) aponta que:

A economia solidária no Brasil também vem conquistando o apoio e o reconhecimento público. Além da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), há um conjunto de ações desenvolvidas por outros órgãos governamentais em apoio à economia solidária, em programas de enfrentamento da pobreza; de segurança alimentar nutricional; [...], dentre outros. (CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA, 2010, p. 20).

No âmbito da União, pode-se destacar a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que conta com a presença da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e tem como missão apoiar a Economia Solidária em todo Brasil e oferecer suporte político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A SENAES ainda desenvolveu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que serve para ofertar todas as informações dos empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento, e assim criar estrutura para o mecanismo de formulação de políticas públicas.

Ainda, a SENAES contribuiu significativamente com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), órgão responsável pela mediação entre os setores governamentais e a sociedade civil.

O Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) aparece como responsável pelo gerenciamento das políticas públicas referentes ao setor agropecuário. Possui órgãos como o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP), que articula juntamente com a Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDAC), ações a fim de promover o cooperativismo e associativismo rural no Brasil, desenvolvendo artifícios de trabalho e renda buscando a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, tendo em vista todas estas características mencionadas, é importante salientar a importância das ações políticas dos governos para que a Economia Solidária se desenvolva em cada localidade, pois, o Estado possui os aparatos materiais necessários para o crescimento do empreendimento solidário e o torna mais atrativo no mercado.

Deste modo, podemos afirmar que ocorreram ao longo do tempo grandes avanços na aproximação entre o Estado e a Economia Solidária, e que os resultados das ações estão se desenvolvendo.

Visto que a ES necessita de reconhecimento, tanto por parte dos participantes de cada empreendimento, como pela criação de políticas públicas de apoio é de fundamental importância, a união entre o governo e a comunidade (associações, cooperativas etc.) para que a Economia Solidária se desenvolva e tenha sucesso.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 2.1 Conceito e importância das Políticas Públicas

Políticas Públicas (PP) são programas que o Estado executa para suprir as necessidades dos variados setores da sociedade civil. Souza (2006) faz uma análise histórica das PP e compara definições de vários autores sobre o conceito, chegando a seguinte ideia:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26)

É visto ao longo do tempo, a grande preocupação dos formuladores de Políticas Públicas a fim de reduzir as desigualdades e a questão do desemprego. Tais políticas intervêm nos mais diversos níveis dos espaços públicos, buscando redefinir as relações entre o poder público e a sociedade civil.

Souza (2006), ao falar sobre o papel dos governos, analisa a ideia da autonomia relativa do Estado afirmando que:

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa “autonomia” e o desenvolvimento dessas “capacidades” dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país.

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a

diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. Visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade, apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexa. (SOUZA, 2006, p.27)

Existem vários tipos de Políticas Públicas, e cada um desses tipos irão enfrentar diferentes formas de rejeição e apoio.

Souza (2006), ao estudar as abordagens de Theodor Lowi (1972), cita que o autor caracteriza os tipos de PP, a saber:

...a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (SOUZA apud Theodor Lowi, 2006, p.28)

De modo geral temos que, as Políticas Públicas são ações intencionais abrangentes, com objetivos a serem alcançados, envolvem diversos atores no processo de decisão, sendo materializada por meio dos governos, embora tenham impactos no curto prazo, são políticas de longo prazo, que após decidida ainda passa pelo processo de implementação, execução e fiscalização.

É importante analisar as características, peculiaridades e necessidades de cada localidade que deseja implantar qualquer tipo de PP. Quando mapeamos o território brasileiro, podemos perceber as desigualdades regionais e as distintas características dos vários municípios, exigindo Políticas Públicas específicas.

Arretche (1999), ao falar sobre as PP nos variados municípios brasileiros destaca que:

No Brasil, há municípios cujos atributos estruturais lhes permitiriam assumir a gestão de políticas sociais sem incentivos derivados de estratégias de indução advindas dos níveis mais abrangentes de governo.

Nestes casos, estratégias de indução podem até mesmo ser desnecessárias. Mas, a grande maioria dos municípios brasileiros caracteriza-se por baixa capacidade econômica, expressiva dependência das transferências fiscais, e fraca tradição administrativa. Nestas condições, programas de descentralização desenhados de forma a minimizar os custos financeiros e administrativos de gestão passam a ter um peso decisivo na decisão das administrações locais. (ARRETCHE, 1999, p. 40).

Deste modo, as Políticas Públicas devem considerar a realidade de cada população para que seja inclusiva e atenda às necessidades almejadas. As ações, atividades e programas precisam evidenciar os interesses da população em geral, assim, em todos os níveis de governo existe a preocupação em adotar práticas que ampliem a participação social nas decisões, como por exemplo, nos conselhos, conferências e no orçamento participativo.

Muitos autores defendem a importância da participação da sociedade nas decisões nos variados setores, como forma de democracia e cobrança a fim de defender suas necessidades para que de fato sejam supridas.

Machado (2005), discorre sobre o papel da sociedade e sua participação nas decisões:

Hoje, a idéia da participação social no planejamento, desenho, monitoramento, avaliação e, mesmo, na própria implementação das ações governamentais é condição fundamental para o alcance da sustentabilidade. Agências financiadoras vêm exigindo a participação comunitária na maioria dos projetos por elas financiados. Reconhecem que as comunidades têm muito a aperfeiçoar, enriquecer, contribuir, que podem agregar valor aos projetos, pois os beneficiários, em geral, conhecem melhor seus próprios problemas do que os burocratas. Enfim, que existe uma inteligência coletiva, um saber comunitário que pode e deve ser acessado.

Os cidadãos são chamados a ser autores e co-produtores de idéias e soluções, a se posicionar como “parceiros” na negociação política e na construção social e a receber delegações de poder para participar das decisões. Como os governos estão tradicionalmente organizados por oferta, só a participação permitiria que os mesmos passassem a se organizar por demandas. Por outro lado, a participação tem um papel fundamental na criação de valor público, na medida em que a comunidade se apropria da ação governamental, podendo, inclusive, alterar o seu propósito para resultados desejados. (MACHADO, 2005, p.05)

Seguindo essa mesma linha de pensamento Barreto (2013), ainda acrescenta a importância do Orçamento Participativo (OP):

A participação da sociedade civil na construção de um novo cenário deve ampliar-se e entrelaçar-se com a atuação da sociedade política para que sejam cobradas destas ações que promovam o crescimento econômico e o desenvolvimento social. O orçamento participativo, por exemplo, é um mecanismo de que a população dispõe para cobrar políticas públicas que atendam aos seus anseios.

O orçamento público permite a implantação de elementos direcionadores do processo de desenvolvimento econômico, isto é, estabelece prioridades, controla as receitas e despesas e evita que o governo gaste mais do que arrecada. (BARRETO, 2013, p.145)

Para Fedozzi (2005), existem alguns aspectos interessantes sobre o Orçamento Participativo, a saber:

É nesse sentido que o surgimento dos chamados Orçamentos Participativos tornou-se particularmente interessante, por tratar das possibilidades de intervenção popular no orçamento público que é o principal instrumento de gestão do Estado moderno. O orçamento sintetiza, em grande parte, a normatização da cidadania, pois expressa os *direitos* e os *deveres* que nascem da reciprocidade entre governantes e governados e das relações entre os poderes representativos do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Por isso, ele traduz como se dá e de onde provém a produção do fundo público (política de receitas), e de que forma esse produto social é apropriado ou distribuído na sociedade (por meio do perfil das despesas), configurando, assim, uma das expressões universais do moderno contrato social. Por essas razões, o orçamento é considerado o *núcleo duro* do planejamento governamental e se insere no campo das chamadas *decisões políticas fundamentais* da gestão do Estado e da Sociedade, embora não esgote o leque das decisões importantes que afetam a vida social, em nível local, regional ou nacional. (FEDOZZI, 2005, p.144)

O OP, no Brasil, teve origem após a chegada de D. João VI, no ano de 1808. Porém, foi através da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu uma nova forma de realizar o planejamento.

Atualmente, o Orçamento Participativo é um plano de ação no qual o Estado procura intervir na economia baseado nas previsões de despesas e receitas. Elaborado a fim de planejar, executar, controlar e fiscalizar por meio de algumas leis, a saber: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)<sup>1</sup>, Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>2</sup> e Plano Plurianual (PPA)<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> A LDO instrui na elaboração e execução do orçamento anual e analisa alguns fatores, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União.

<sup>2</sup> A LOA analisa as receitas que o governo almeja arrecadar anualmente e fixa os gastos a serem feitos por meio dos recursos disponíveis.

<sup>3</sup> O PPA firma as metas de ação pública para os projetos a longo prazo, para um período de quatro anos.

Neste contexto, torna-se relevante o comprometimento dos representantes da classe trabalhadora com a organização de movimentos sociais fidedignos e de Políticas Públicas que estabeleçam a emancipação. Todavia, em curto prazo será necessária PP emergenciais de caráter essencialmente assistencial, porém devem ser bem articuladas e planejadas estrategicamente a fim de orientar o que deverá ser executado no longo prazo.

Desta forma, conhecendo os conceitos, características e relevância das Políticas Públicas vistos até aqui, é de fundamental importância a análise das relações existentes entre tais políticas e a Economia Solidária, para que posteriormente possibilite um maior entendimento acerca da aplicabilidade dos temas na localidade em estudo.

## **2.2 Relação entre Economia Solidária e Políticas Públicas**

Têm-se como fator de compreensão que o desenvolvimento da Economia Solidária ocorreu devido o surgimento de contradições no modelo de produção do capitalismo. Cabe salientar que esse modelo é por si excludente, sendo galgado de profundas transformações de cunho excludente, cujo único desenrolar é a geração da miséria e estímulo ascendente da pobreza.

No ensejo de conhecer mais sobre esses problemas, vários pesquisadores e autores procuram vivenciar e analisar as peculiaridades de tais situações, propondo para tanto alternativas e soluções que sejam passíveis de aplicação no contexto sócio moderno.

As transformações econômicas, políticas e culturais que aconteciam entre o século XVI e XIX especialmente a partir da Revolução Francesa (1789) e da Revolução Industrial (século XVIII) consolidaram uma nova ordem social. As primeiras participações históricas acerca da temática da Economia Solidária se deram por volta do século XIX, através dos socialistas utópicos, dentre eles estava Karl Marx (1977), que discorre sobre algumas peculiaridades definidas como exclusivas do modelo de produção capitalista, vê-se nos apontamentos que a maior consequência de tal pressuposto é o exército industrial de reserva que é gerado pela grande oferta de trabalhadores fora do mercado de trabalho e/ou com baixas oportunidades.

Para Mauss, como vimos, a vida social é constituída por uma constante relação de dar e receber, tornando-se uma obrigação regida moralmente e de forma universal. Algumas trocas seriam privilégio de casos de chefias como, por exemplo, receber tributo, pois da chefia

emanariam valores que se generalizariam. Este tipo de privilégio estaria alicerçado na lógica onde as lideranças teriam o poder de ditar determinadas regras e estas são incorporadas ao coletivo moral. Aqui traçamos um paralelo ao modo como pensava Marx, de que a classe dominante burguesa teria o poder de suplantar leis genéricas como a lógica do dinheiro, da mercadoria ou do salário para o proletário e do lucro para o capitalista (ROCHA, 2012).

Compreender a economia, suas funcionalidades, a partir da sua gênese, apartada da lógica social, configura-se em grande erro da própria economia, enquanto uma ciência humana.

Como ressalta Pitaguari (2010, p. 60), sem o lado humano, a economia é apenas uma coisa fria e insípida como uma pedra de gelo. O caráter genuinamente voluntário observado por Mauss alicerçado na tripla obrigação de dar, receber e devolver rompem os laços sociais em seus mais diversos planos. Concomitantemente, o pensamento marxista, confundido muitas vezes com a economia da dádiva, preconizava que o governo cuidaria de tudo e que o conteúdo liberal desfavorecia perversamente os mais pobres, ambos traziam incongruências, o governo que era grande e ineficiente e o mercado com sua ciência sempre selvagem.

Estes princípios são combinados com um ideal de “sociedade democrática”, que prioriza a intervenção política das organizações não-governamentais, os modelos de políticas sociais focalizadas com base em “projetos” e a redução das funções estatais que respondem à satisfação dos direitos sociais. Busquei demonstrar que a economia solidária tem como eixo estruturante a valorização da dimensão das identidades humanas, deslocadas das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não demonstram um projeto de sociabilidade diferenciado das relações sociais capitalistas (CARVALHO, 2011).

Singer (2002), completa essa idéia afirmando que a Economia Solidária é uma proposta superior ao sistema atual, não no sentido de gerar comparativamente maiores rendimentos, mas uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas. O autor argumenta que somente na medida em que ela for concebida dessa maneira, poder-se-á discutir as perspectivas acerca do seu desenvolvimento.

A economia solidária distingue-se pela equidade, o direito é requerido por uma coletividade a posse dos meios produtivos é de todos e o processo de trabalho prioriza os entes como um todo, isso compõe a sua gênese. Os empreendimentos são autogeridos e seu sistema de governante é o democrático, todos tem direito a voto, há um dilatado respeito, hospitalidade e reciprocidade.

Desta maneira, não estão voltados para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica. Além de sua limitação no campo teórico e ideológico, esse

movimento é intrínseco às políticas macroeconômicas do capitalismo contemporâneo, que envolvem o incentivo ao empreendedorismo e a perda de direitos historicamente conquistados. Por outro lado, vem também servindo como uma importante política de manipulação ideológica (CARVALHO, 2011).

A idéia de que as experiências de Economia Solidária, por constituírem novas relações sociais em contraposição às práticas econômicas e morais do capitalismo, podem formar, potencialmente, um microcosmo de implantes socialistas consiste na perspectiva mais “progressista” dentre as mais diversas visões presentes no interior desse movimento. Isso significa que embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo (CARVALHO, 2011).

Isso porque, ainda que, em certos casos, as práticas da ES estejam voltadas para a sobrevivência – além de corroborarem com atividades informais que reduzem os custos do capital com o trabalho –, esse movimento não está dissociado do movimento mais geral do capital que, nas décadas recentes, vem apresentando a peculiaridade de mesclar de forma heterogênea, práticas distintas de trabalho até então consideradas não propriamente capitalistas. Outro movimento desse mesmo processo é a diversidade de contratação da mão de obra. O trabalho assalariado, amparado pela legislação trabalhista, vem sendo substituído por contratos precarizados (temporários, subcontratação, “terceirização”, informalidade e, de certa forma, o cooperativismo), processo que vem ocorrendo de acordo com as necessidades do capital (CARVALHO, 2011).

A fórmula em execução orientada pela teorização da ES tem alterado as relações de trabalho e com o surgimento de crises neste mercado a ponte em resposta tem sido a formação de cooperativas, que sob o manto da mutualidade e igualdade geram trabalho e renda alternativos. Abre-se espaço, sobretudo, para fontes pagadoras inescrupulosas que através de seus dirigentes encontram escapes para a alta carga tributária social, por ser definido como trabalho autônomo. Estas relações degradam e precarizam o trabalho trazendo alta rotatividade, baixos salários e pouca autonomia para os cooperados (SINGER, 2010).

Assim, quando se fala de “flexibilidade”, “autonomia”, cabe destacar que esta está presente somente para o capital (em sua facilidade de contratar, demitir, subtrair ou anular direitos), pois, para o trabalhador, sua condição vem sendo cada vez mais enrijecida pela intensificação da exploração e vulnerabilidade social (CARVALHO, 2011).

Essa condição social de fraqueza, impotência, gerada pela busca de alta rentabilidade nos negócios, é que atinge as classes com menor poder aquisitivo com maior força, conduzindo estas a baixas expectativas. A pobreza começa a assistir estas pessoas e assim elas passam a buscar custo de moradia diminutos, fora dos grandes centros e pouco cuidado sanitário. Começam a se formar os guetos, favelização e cortiços, caracterizando as desigualdades e disparidades do mundo dos negócios.

Sendo assim, busca-se entender o contexto histórico que dá início às idéias desses autores, bem como analisar as razões que levam às suas conclusões, destacando o reflexo dessas teorias em tempos atuais, mesmo sendo resultado de contexto de possíveis desigualdades sociais. Ainda para compreender a realidade diante das mutações capitalistas, desvendando o processo de relação social em que vive a sociedade.

Neste sentido, contribuir com as discussões a respeito do assunto, abrindo questionamentos que deverão ajudar a entender os motivos que levam a manutenção social com boas relações apesar do contexto de desigualdades, bem como as possíveis soluções para a diminuição dessas desigualdades, visando compreender as pessoas no seu convívio social é o objetivo dessa reflexão.

A alternativa que se descortina frente a essas vicissitudes é a da Economia Solidária, que defende que lucrar não é a única direção a seguir e que a promoção de melhorias sociais podem sim ser tocada sem o alcance de lucros excepcionais, através de ONGS, filantropos, igrejas e sobretudo negócios sociais.

Ainda nesse contexto, Yunus e Karl Weber (2008, p.35) citam que “para os fundamentalistas do mercado livre, isso pode até parecer blasfêmia, a idéia de que a empresa tem outros objetivos que não sejam a obtenção de lucros, o que não tem espaço na teologia capitalista”. Entretanto, este modelo esbarra em algumas críticas dada a ausência de retorno financeiro sobre o capital investido o que acaba reduzindo a atratividade desse tipo de negócio e com poucos recursos o potencial de crescimento deles também recua.

Analisar a Economia Solidária no Brasil é algo recente, vem sendo um grande objeto de estudos para vários pesquisadores, já que atua em ações sociais de grande importância para um país continental como esse. Em 1990 emergem algumas propostas de construção da temática em algumas regiões do Brasil, obtendo um destaque o estado do Rio Grande do Sul, onde foi possível implementar políticas regionais através de gestões concomitantes, segundo discorre Pitaguari:

Os administradores petistas inovaram as políticas locais de desenvolvimento local, voltadas para a geração de trabalho e renda. A primeira política

pública de Economia Solidária surgiu em Porto Alegre – RS em 1994 durante o governo de Olívio Dutra, que também foi pioneiro na implantação de política estadual no Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1999. O Presidente Lula foi o primeiro a implantar a política nacional em 2003 com a criação da SENAES. (PITAGUARI, 2010, p. 98)

Já de acordo com Praxedes,

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas. (PRAXEDES, 2009, p. 57)

Diante de tais aspectos, cabe compreender que surgiram estratégias específicas para o desenvolvimento da temática sobre Economia Solidária no Brasil relacionada com Políticas Públicas.

Vê-se por meio desse estudo que, para a construção de Políticas Públicas, com ênfase na Economia Solidária, é imprescindível alguns critérios, como: ações descentralizadas, com recursos específicos, integração e engajamento de todas as esferas públicas, além de articulação com o setor social.

Nesse interim surgem os Centros Públicos de Economia Solidária, que segundo Praxedes (2009) constituem-se em espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da ES, propiciando a participação de diversos atores presentes no território.

É importante sublinhar ainda, o papel que os centros cumprem no fomento a processos de desenvolvimento local na medida em que permitem a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades.

Desta forma, podemos observar que, as Políticas Públicas de Economia Solidária permitem a inclusão social, a autonomia dos empreendedores sociais, bem como o desenvolvimento local.

### 2.3 Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária

Ao longo do tempo, percebeu-se que as práticas de Economia Solidária exigiam uma posição mais ativa do governo, pois era preciso planejar as ações de longo prazo, promover a alocação de recursos, formar equipes de gestores qualificados, fazendo com que a participação e integração do Estado na sociedade se tornassem constante.

Tudo isso contribuiu para as críticas das políticas neoliberais, bem como a defesa da participação ativa do Estado para enfrentar os problemas e desigualdades sociais.

Essa rede de gestores constituída foi de fundamental importância para consolidar o que hoje entendemos como Políticas Públicas de Economia Solidária, pois as trocas de experiências entre os gestores, o diálogo e as avaliações críticas possibilitaram entender que existia unidade na diversidade.

Assim, no ano de 2006 foi elaborado o texto base da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária. Nesta conferência, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária permitiram a configuração de uma nova institucionalidade do setor para as PP no país.

Com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, as atividades e oficinas de formação de novos gestores contribuíram para a sistematização de declarações e documentos formatados sobre as características e diretrizes e a institucionalidade das PP de Economia Solidária.

É importante lembrar que durante o seu percurso, as Políticas Públicas de ES não eram políticas específicas, elas foram tecendo sua identidade dentro de outras políticas, a exemplo as políticas de trabalho e renda, de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento rural, de assistência social entre outras.

Deste modo, com a criação das várias estruturas de fomento à Economia Solidária (coordenações, departamentos, secretarias, etc.), o movimento ganhou maior visibilidade e se afirmou como PP específica de gestão. É de suma importância transformar todas as ações e programas em legislação, visto seus objetivos, para que assim seja assegurada pela população e possam ser cobradas suas ações.

É preciso considerar ainda as distintas características econômicas e sociais de cada localidade em que se deseja articular as Políticas Públicas de Economia Solidária. Embasados na legislação, a união do governo juntamente com a sociedade deverá colaborar para a difusão das idéias e práticas que supram as necessidades locais.

## **2.4 Políticas Públicas de incentivo à Economia Solidária em Vitória da Conquista/ BA**

Ao longo dos anos, o Governo do Estado da Bahia, tem desenvolvido diversas ações de fomento à Economia Solidária, a fim de realiza melhorias nos níveis de pobreza presentes na sociedade baiana. Vale destacar ainda que, a Economia Solidária conta com o apoio de variados programas nas diversas regiões do país. Podemos citar o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Todos eles desenvolvem ações de fomento às práticas de ES.

Na cidade de Vitória da Conquista, a Economia Solidária surgiu entre 1980 e 1990 por meio dos movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra, movimentos de desempregados e etc. Mas foi em 1996, que o Partido dos Trabalhadores (PT), agregou em seu programa de governo varias ações a fim de desenvolver os empreendimentos sociais. Tais ações promoveram muitos avanços e possibilitou a inclusão de indivíduos pertencentes às comunidades mais carentes, inserindo-os nas relações de trabalho e melhorando suas condições de vida. Com o tempo, as práticas de ES foram se expandindo e ganhando a atenção e o interesse de diversas organizações.

As cooperativas de credito também são destaque na Economia Solidaria da cidade de Vitória da Conquista, são elas: UNICRED (segmento médico), CREDICOOP (servidores publicos), CREDICON (comércio), COPESE (autopeças) e CREDIUESB (servidores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB). Comparado aos bancos tradicionais, essas cooperativas de crédito são pequenas, porém tem conseguido suprir os interesses e necessidades dos seus cooperados.

Ainda do setor financeiro podemos citar o Banco do Povo, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP), entidade sem fins lucrativos com finalidade social. O Banco do Povo foi fundado no ano de 1999, com o objetivo de conceder microcrédito para pequenos empreendedores. Esta entidade foi se fortificando e gerando emprego e renda para a população, possibilitando ainda a dinamização do processo econômico em diversos municípios.

Outra importante entidade é o GEP-Grupo de Economia Popular, ele é formado por diversos trabalhadores artesãos, costureiras, entre outros. A fim de divulgar sua produção ao publico, são realizadas exposições, eventos específicos, fóruns e formações. É importante

citar ainda que esta entidade foi uma iniciativa do poder público municipal, que organizou e juntou diversas pessoas dos vários ramos informais, possibilitando a eles melhor forma de organização do trabalho. Devido ao sucesso visto com o passar do tempo, o grupo tornou-se uma OSCIP e atua junto a sociedade, a fim de promover o desenvolvimento coletivo.

Em Vitória da Conquista é possível encontrar ainda vários tipo de associações comunitárias como: Associação religiosa, Associação de bairro, Associação filantrópica, Associação esportiva e cultural.

Viana (2012), faz um estudo aprofundado acerca do movimento de Economia Solidária na cidade de Vitória da Conquista, citando ainda a importância de outros grupos que foram originados com o tempo a partir do sucesso evidenciado pelas organizações já existentes que foram se fortificando na época. O Quadro 2 abaixo sintetiza todos estes grupos:

Quadro 2: Outros Grupos de Economia Solidária em Vitória da Conquista.

<b>Grupo Solidário</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Atividade/Objetivo de funcionamento</b>
Associação de Artesanato Conquistense-AAC	Anos 80	Promover ações que colaborem para o desenvolvimento do artesanato.
Núcleo Escola de Lapidagem e a Associação de Lapidários	1998	Estimular a atividade de artesanato mineral do município, produção e comercialização de artesanatos provenientes de pedras semipreciosas.
Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	2005	Coleta seletiva de resíduos sólidos, separação e venda de materiais recicláveis no Município.
Núcleo de Artesanato do Instituto Mauá e o FRIBOARTE (Grupo de Frivolité e Bordado)	2008	Objetivo de fomentar o artesanato em toda Bahia.
Associação de Economia Popular e Solidária – AEPS	2008	Objetivo reunir os empreendedores que estavam vinculados individualmente à Coordenação de Economia Solidária, através do antigo Núcleo de Economia Popular e Solidária – NEPS.
ACISGLAM – Associação comunitária de inclusão social de garimpeiros, lapidários e artesãos minerais	2009	Economia popular e solidária, com foco principal na área de mineração.
Associação Solidária de Pequenos Empreendedores	2010	Reúne empreendedores do mesmo segmento das demais e mantém um relacionamento permanente com o governo através da Coordenação de

Conquistenses – ASPEC		Economia Solidária.
Cooperativa de artesanato CRIAR E RECRIAR	2010	Apoiada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, é formada por mulheres que praticam diversos tipos de artesanato nas oficinas do Centro de Extensão da UESB.

Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Viana (2012).

Por meio dessas entidades, pode-se fazer várias parcerias com os diversos níveis de governo, bem como a efetivação de projetos de interesse da comunidade local.

Recentemente, foi fundada a Cooperativa de Trabalho Solidário em Produção de Alimentos (TRASCOOP), que oferece oportunidades de comercialização e dispõe de um local para a produção das mercadorias. A cooperativa ainda está em processo de implantação.

Neste estudo podemos destacar ainda o papel do Centro Público de Economia Solidária da Bahia (CESOL), que é o órgão responsável por caracterizar os empreendimentos como sendo solidários ou não, isto de dá por meio da análise de cumprimento dos requisitos. Ele atua na cidade de Vitória da Conquista a fim de avaliar os serviços e possibilitar futura independência aos empreendimentos para que estes possam gerir e desenvolver suas atividades.

Para estabelecer ainda mais as Políticas Públicas de Economia Solidária no município e suprir a demanda apresentada pelos empreendedores, foi criado o Conselho Municipal de Economia Solidária- CMES, que iremos tratar com mais detalhes no próximo capítulo.

O CMES tem importante papel para incrementar e apoiar as ações de Economia Solidária, todas as ações buscam, por meio de Políticas Públicas, promover a autonomia dos empreendimentos, combatendo assim as desigualdades sociais e colaborando ainda para o resgate da cidadania.

Percebemos assim que em Vitória da Conquista, pode-se chegar a uma maior inclusão social e geração de emprego e renda, ampliando os projetos que já existem e planejando novos meios baseados na organização da Economia Solidária.

### **3 O PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA**

Abordados os conceitos sobre Economia Solidária, sua gênese e desenvolvimento, a discussão da temática no Brasil e a relação existente com as Políticas Públicas, a sessão a seguir ocupa-se em estudar as principais características da cidade de Vitória da Conquista que culminaram no desenvolvimento de atividades de fomento a Economia Solidária, destacar o importante papel do Conselho Municipal e expor a metodologia utilizada na pesquisa e manipulação dos dados empíricos acerca deste, bem como a análise e interpretação dos resultados, sendo o principal objetivo desta sessão.

Deste modo, para que estas ações possam ser contextualizadas de forma mais eficiente, é importante conhecer a realidade da cidade de Vitória da Conquista e os fatores históricos que colaboraram para o desenvolvimento dela.

#### **3.1 Área de Estudo**

Vitória da Conquista, cidade localizada na região Sudoeste do Estado da Bahia - Brasil possui uma extensão territorial de aproximadamente 3.705,838 Km<sup>2</sup>, considerada a 3<sup>a</sup> maior cidade do Estado. As atividades econômicas exercidas nesta localidade estão relacionadas principalmente ao setor de serviços, o que representa cerca de 70% do PIB do município. Sua população está estimada em 346.069 habitantes (IBGE, 2016).

O município possui algumas características que justificam a escolha do mesmo como área de estudo do presente trabalho. Segundo dados extraídos do Cadastro Central de Empresas (2015), seção vinculada ao IBGE Cidades, a cidade de Vitória da Conquista possui 8.745 unidades empresariais nos mais variados ramos de atividade econômica, gerando uma ocupação de 75.139 pessoas. Notoriamente o município demonstra vocação para o empreendedorismo, o que auxilia na implantação da modalidade de Economia Solidária. Outro dado importante está relacionado ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, que é baseado em dados humanos e econômicos onde apresentou no ano de 2010 um índice de 0,678 considerado um dos maiores do Estado da Bahia.

Nas últimas décadas houve um crescimento urbano considerável devido há alguns fatores. Em primeiro lugar é importante destacar as rodovias, que possibilitaram à cidade

maior acesso ao sertão e ao litoral através das BA 114, BA 262 e a BR 116. Tais rodovias permitiram um maior crescimento da cidade, que conta com cerca de 80 municípios.

Em segundo lugar podemos citar o papel da produção cafeeira, que trouxe muitas pessoas para a região em busca de trabalho e muitos produtores interessados em um comércio lucrativo. O café foi de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento da cidade principalmente nos anos 1970 a 1980. Com a produção de café, a cidade de Vitória da Conquista/BA, transformou-se em um polo regional atrativo que abastece várias regiões da Bahia até o norte de Minas Gerais.

Todavia, em meados de 1990, o comércio passou a ser a atividade econômica que mais crescia e se desenvolvia. Tal fato possibilitou maiores investimentos em outros setores econômicos, bem como um aumento da geração de trabalho e renda.

Atualmente, outros setores como educação, saúde e serviços também estão se destacando na cidade.

Desse modo, é neste ambiente que, na década de 90 começa a apontar as atividades de Economia Solidária como setor, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes e amenizar os problemas causados pelo sistema capitalista.

Com o tempo, foram surgindo várias organizações que trouxeram avanços para várias localidades, provando que a Economia Solidária pode ser uma porta de inclusão para a população mais carente, possibilitando a entrada no mercado de trabalho, bem como relações de trabalho mais dignas.

Embora não tenha sido mostrada detalhadamente cada especificidade destas organizações, todas estas experiências comprovam o que defende este trabalho, a ES é capaz de gerar inclusão social e promover melhoria nas condições de vida da sociedade, principalmente das comunidades mais carentes da cidade.

### **3.2 O Conselho Municipal de Economia Solidária de Vitória da Conquista/ BA**

Vitória da Conquista conta com um importante instrumento responsável pela organização de ações voltadas para o incremento de atividades de Economia Solidária. O Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES), criado pela Lei nº 1509/2008, e alterado pela Lei nº 1881/2013 (ver Anexo A e B deste trabalho) que será destacado neste item.

O CMES de Vitória da Conquista/BA é um órgão de consulta e deliberação, criado a partir de lei municipal para acompanhar e fiscalizar as ações do governo local com relação à Economia Solidária, bem como para propor ações e políticas públicas para o segmento.

Em sua criação o conselho seguiu uma estrutura local, considerando apenas a forma como o movimento vinha se articulando em nível municipal. Entretanto, já na sua segunda gestão, sua estrutura foi adaptada aos padrões nacionais do segmento solidário, passando a ser composto majoritariamente por representantes da sociedade civil organizada, sendo 25% dos seus membros do governo municipal, 25% de organizações de apoio e assessoria e sendo 50% de representantes de empreendimentos de Economia Solidária.

O CMES foi criado a partir da demanda apresentada pelos empreendedores que atuavam no movimento lá pelos idos do ano de 2007. A articulação para a sua criação ganhou força em 2008, quando o Núcleo de Economia Solidária da prefeitura passou a conduzir as ações para que o Conselho passasse a existir. No primeiro momento, a estrutura do órgão atendeu à realidade do movimento na época, conforme mencionado anteriormente, ainda relativamente deslocado de outras estruturas regionais e nacionais.

Assim, o Conselho de Economia Solidária nasce com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as políticas do segmento desenvolvidas pela administração municipal. Contudo, além desta tarefa, sua existência criou as condições para que os grupos existentes se organizassem ainda mais, bem como que fossem criados novos grupos.

O Conselho também incentiva o desenvolvimento de atividades econômicas por meio de grupos solidários e ampara à produção, divulgação, pesquisas e estudos de Economia Solidária.

Desde sua criação em 2008, a entidade vem discutindo formas de ampliar a organização do movimento em Vitória da Conquista, tendo dado importante contribuição com a elaboração da proposta de lei municipal para o segmento, que já tramita no interior do governo. O mandato atual do conselho encontra-se vencido, devendo ser renovado em encontro municipal a se realizar ainda neste mês de junho de 2018. Na gestão atual, o seu conselho gestor segue a mesma proporção da composição da plenária, tendo o presidente e o vice como representantes dos empreendimentos de economia solidária, o secretário como um representante do poder público e como vogal um representante do segmento das assessorias.

A Prefeitura da cidade, através da Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (SEM TRE), promove uma política direcionada ao

fortalecimento dos pequenos empreendedores, auxiliando também na organização de empreendimentos coletivos de Economia Solidária.

Dos diversos conselhos populares existentes na cidade, o CMES é um dos que, atualmente, possui uma maior representação da sociedade civil, possuindo 75% de seus membros desvinculados do poder público. A estrutura atual foi atualizada já na segunda gestão do Conselho, qual foi feita uma alteração na legislação adequando o formato inicial aos padrões nacionais, passando a ter uma representação tripartite, ou seja, poder público, com 25% dos espaços; entidades de apoio e assessoria, com 25% e empreendimentos de Economia Solidária com 50% das 20 cadeiras do conselho. Além da plenária, existe ainda um conselho diretor formado por quatro conselheiros e obedecendo a mesma proporção acima.

É no espaço do Conselho que os grupos apresentam suas demandas, críticas e sugestões para melhor andamento do segmento solidário da cidade. Questões como comportamento de empreendedores em eventos do movimento, atividades dos grupos, entre outras são discutidas nas reuniões que acontecem mensalmente, toda última quarta-feira de cada mês.

A criação do Conselho Municipal de Economia Solidária fortaleceu muito a organização dos grupos na medida em que o seu espaço de discussão possibilitou uma melhor articulação dos empreendedores locais e uma maior interlocução dos mesmos com o governo municipal. Sua existência, primeiro do gênero no estado, ampliou a visibilidade das políticas municipais e vem servindo de modelo para outras cidades da região.

Após o estudo do papel do CMES, os próximos itens desta análise se responsabilizaram em expor os métodos e técnicas usadas para se chegar aos resultados obtidos por meio de um questionário, a fim de evidenciar a influência e importância do Conselho na cidade de Vitória da Conquista/BA.

### **3.3 Métodos e Técnicas**

O presente trabalho utilizou-se da aplicação de um método de abordagem indutivo, que por definição, consiste no conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos ou no caminho para chegar à verdade, partindo do conhecimento particular para o geral, seguindo uma cadeia de raciocínio (ANDRADE, 1999, p 35). Foi aplicado um questionário destinado aos Conselheiros Municipais de Economia Solidária, por um período

de 30 dias, onde se procurou identificar o perfil dos conselheiros escolhidos, evidenciando o grau de atuação do Conselho Municipal no intuito de ampliar o programa de Economia Solidária no município de Vitória da Conquista/Bahia.

A monografia abordou o estudo das relações existentes entre as Políticas Públicas e a Economia Solidária juntamente com a atuação do CMES do município de Vitória da Conquista.

O trabalho se ocupou em extrair informações do Conselho Municipal de Economia Solidária com a justificativa de que este conselho é composto por indivíduos que atuam desde o Poder Público até aqueles que desenvolvem os Empreendimentos Solidários.

Foi abordado, através de um questionário específico um grupo de 12 conselheiros, que representa 60% do total, visto que o Conselho é composto por 20 conselheiros e 20 suplentes, porém estes últimos não são contabilizados.

O objetivo era extrair uma série amostral e criar um banco de informações mais realista possível e trazer resultados confiáveis.

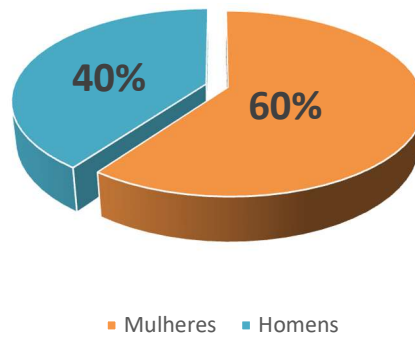
### **3.4 Análise dos Resultados Obtidos através do Questionário**

#### *3.4.1 Composição do Conselho Municipal de Economia Solidária*

Segundo a Lei Municipal 1881 de 10 de Abril de 2013 ficam estabelecidas no artigo 5º a participação de 25% de representantes do Poder Público Municipal, 25% das Instituições de Apoio e Assessoria à Economia Solidária e 50% dos Empreendimentos de Economia Solidária, o que foi considerado como satisfatório pelos entrevistados, pois contempla uma maior participação de pessoas envolvidas com questões relacionadas aos Empreendimentos Solidários.

A presença feminina, entre os conselheiros que participaram do questionário, foi superior à masculina com 40% de homens e 60% de mulheres como mostrado no Gráfico 1.

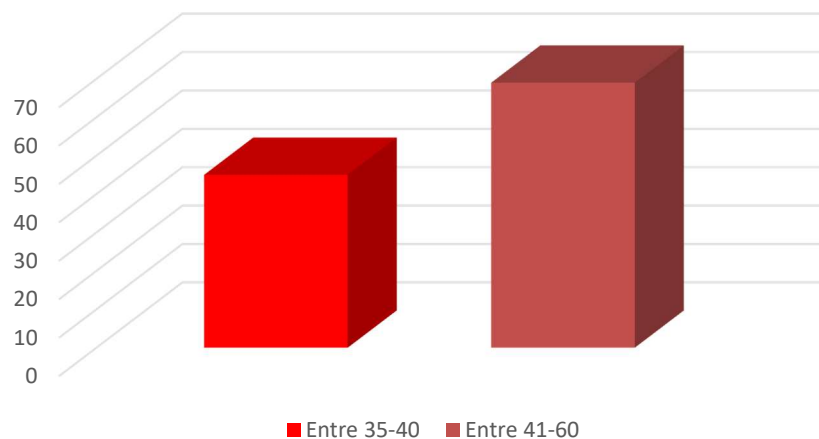
Gráfico 1: Perfil de gênero dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

A faixa etária predominante entre os entrevistados está entre 41 e 60 anos com a participação de 61% contra 39% dos que possuem ao menos 35 anos, o que indica o baixo envolvimento dos jovens com questões relacionadas ao conselho. Estes dados podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Faixa etária dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

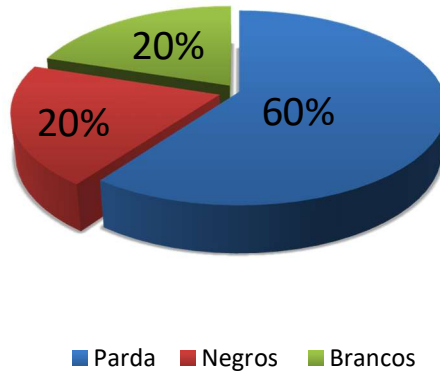


Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Quanto à diversidade, visualizou-se que 60% se declararam de cor ou raça parda enquanto que 20% como negros e 20% brancos. Todos os grupos manifestaram insatisfação quanto a participação de negros e indígenas na ocupação das vagas no conselho e sugeriram

que algo fosse feito para que esse percentual aumente. Esses dados estão dispostos no Gráfico 3 abaixo.

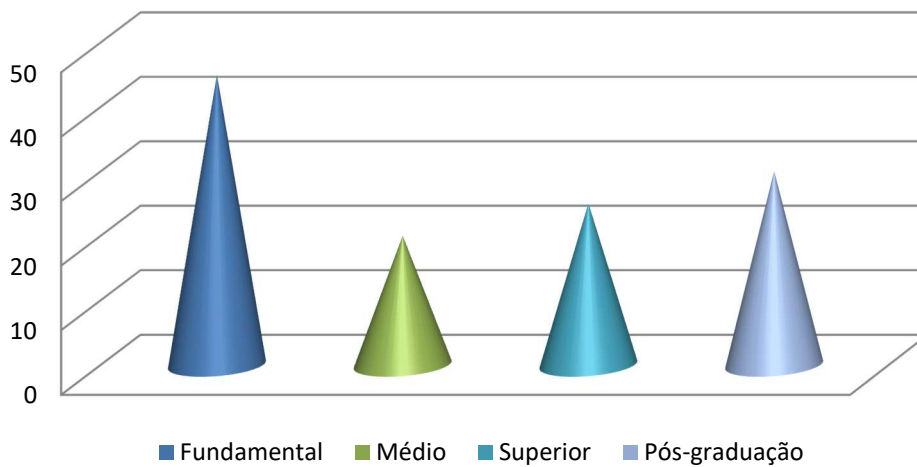
Gráfico 3: Perfil de cor/raça dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Em relação à escolaridade, Gráfico 4, visualizou-se que 20% possuem nível superior completo, sendo que 25% destes concluíram também pós-graduação seja uma especialização, mestrado ou doutorado, 40% possui apenas o ensino fundamental, 15% o ensino médio.

Gráfico 4: Nível de escolaridade dos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

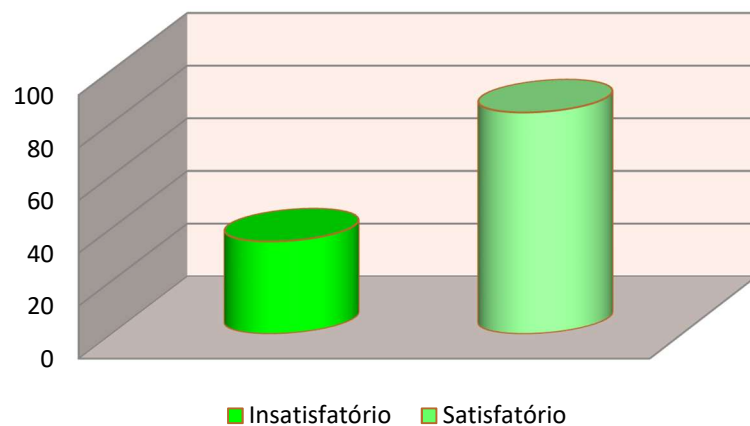
Pode-se perceber através da análise do Gráfico 4, o papel da Economia Solidária como instrumento de inclusão social, visto que estes 40% pertencentes ao ensino fundamental fazem parte do grupo de artesãos que engloba grande parte dos envolvidos nos empreendimentos solidários e a partir da ES passam a fazer parte da dinâmica de mercado.

A renda média observada ficou estabelecida entre 1 a 2 salários mínimos. Esse resultado é influenciado de forma relevante pelo fato da maior parte de representantes dos grupos ser formada por artesãos, que possuem uma renda muito baixa. Além disso, o segmento II, que compreende as Cáritas, Bancos (Banco do Brasil e Banco do Povo), Instituto Incluso e Universidades (representada pelo Instituto Federal da Bahia – IFBA) não injetam renda, funcionando apenas como entidades de apoio e assessoria.

#### 3.4.2 Grau de articulação entre os segmentos do Conselho Municipal de Economia Solidária

A articulação entre os segmentos das Instituições de Apoio e Assessoria à Economia Solidária com a dos Empreendimentos de Economia Solidária é vista como satisfatória para 77% dos entrevistados, onde apenas 23% se mostraram insatisfeitos. A isso se atribui a boa comunicação e parceria empresarial existente entre esses segmentos do Conselho, como visto no Gráfico 5.

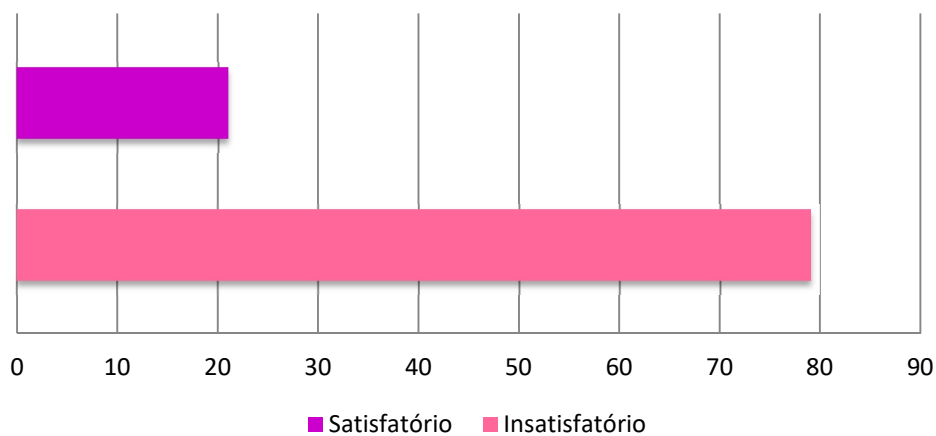
Gráfico 5: Articulação entre Instituições de apoio e empreendimentos solidários.



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Porém, a relação dos segmentos citados com o Poder Público se mostrou ineficiente, como observado no Gráfico 6. O grau de satisfação e insatisfação obtido para esse quesito foi um índice de 21% relacionado a satisfação em detrimento da insatisfação de 79% dos entrevistados. A iniciativa da prefeitura de Vitoria da Conquista em instituir a lei de criação do conselho é visto como um ponto positivo pelos conselheiros, entretanto, a morosidade na resolução das questões pertinentes aos empreendimentos é vista como um entrave.

Gráfico 6: Articulação entre Instituições de apoio, empreendimentos solidários e o Poder Público.

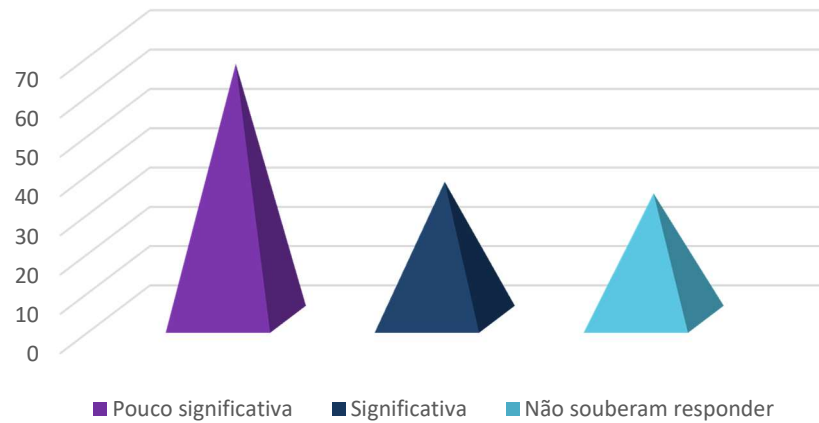


Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

### 3.4.3 *Influência do Conselho Municipal de Economia Solidária nas instâncias de decisão política*

Questionados sobre o grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária na agenda da Câmara Municipal de Vitoria da Conquista, os conselheiros apresentaram as seguintes considerações: Em torno de 55% deles consideram essa influência pouco significativa ou sem influência. Para 23% dos conselheiros existe uma influência significativa e os demais conselheiros, cerca de 22% não souberam julgar sobre esse tema. O Gráfico 7 retrata esses dados.

Gráfico 7: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária na agenda da Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

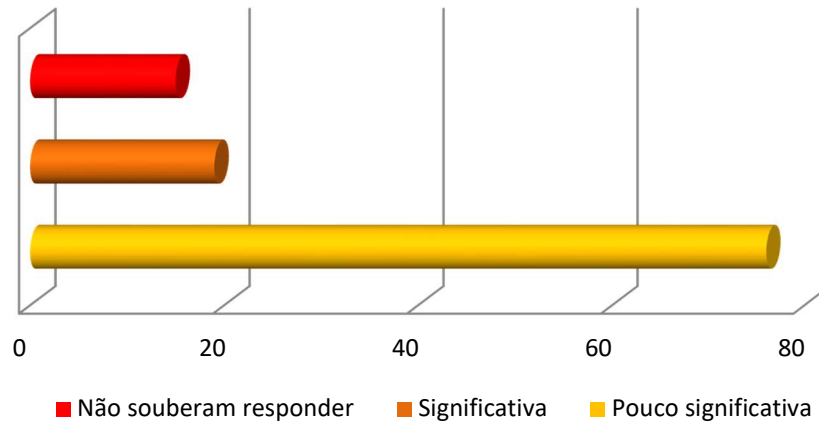


Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Vale ressaltar que o Conselho Municipal é vinculado ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), entidade responsável em debater assuntos relacionados à Economia Solidária em âmbito nacional. O canal de diálogo entre as partes ocorre através da Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Economia Solidária, que se trata de uma comissão para a formação de um meio de comunicação melhor entre o CNES e o Congresso Nacional. Pelos resultados obtidos no questionário esse canal ainda carece de maior efetividade, tanto no âmbito nacional quanto municipal.

No Gráfico 8 pode-se visualizar a influência do CMES nas políticas exercidas pela Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico - SEMTRE, órgão ao qual o Conselho Municipal é vinculado, percebe-se que 75% conselheiros acreditam que o conselho pouco influencia ou que não há influência. Alguns conselheiros afirmaram que a influência seria significativa ou muito significativa num total de 15% do total e demais conselheiros (10%) não souberam responder.

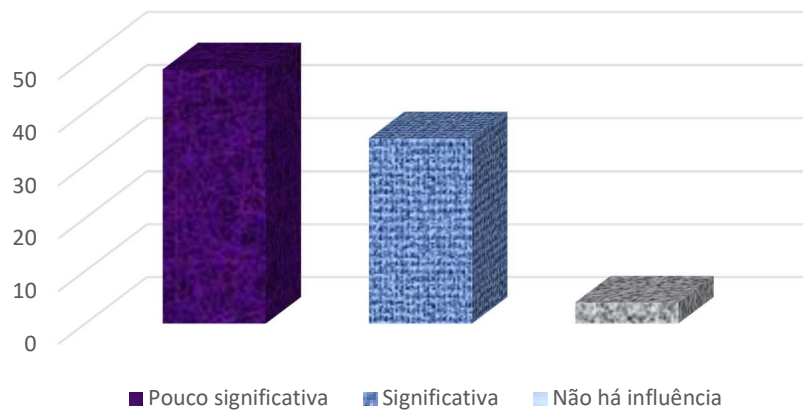
Gráfico 8: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária nas políticas exercidas pela SEMTRE.



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Em relação a outras secretarias, a percepção da influência do CMES sobre as políticas praticadas, representada no Gráfico 9, trouxe os seguintes resultados: 45% dos conselheiros acharam que o impacto do CMES é pouco significativo, 32% responderam que não há influência alguma e 3% acreditaram haver uma influência significativa ou muito significativa.

Gráfico 9: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária sobre outras secretarias.

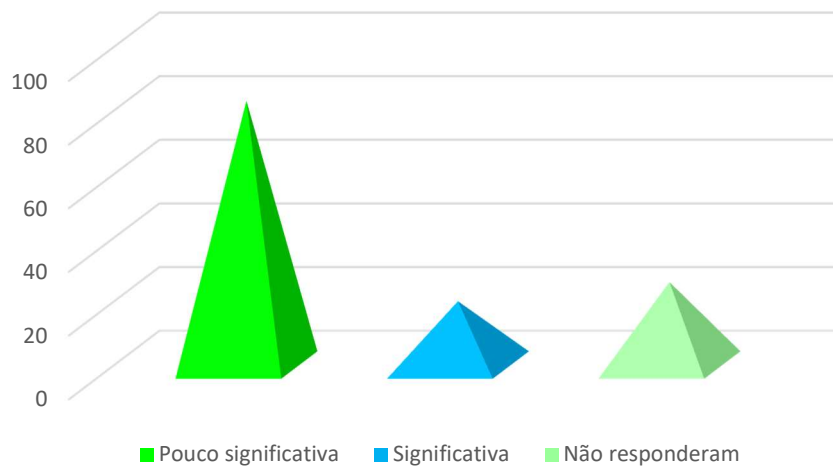


Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Como se vê, os resultados obtidos neste quesito trazem a noção da baixa interação entre SEMTRE e CMES.

Por fim, questionou-se sobre a influência do CMES em relação à opinião pública com o tema Economia Solidária. Os dados apontaram que 73% dos conselheiros considera que ela ainda exerce pouca ou nenhuma influência, 10% considera haver uma influência significativa ou muito significativa, e 17% não responderam ou não souberam julgar.

Gráfico 10: Grau de influência do Conselho Municipal de Economia Solidária em relação à opinião pública.



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do questionário direcionado aos Conselheiros Municipais da cidade de Vitória da Conquista- Bahia.

Conforme apontam os dados, ainda existe uma baixa divulgação acerca do Conselho Municipal de Economia Solidária, o que acaba impedindo um maior desenvolvimento de suas políticas, bem como reduz o acesso à participação da sociedade.

É preciso intensificar e expandir as práticas de Economia Solidária para se buscar atingir uma administração pública regulada e inserida socialmente. É de responsabilidade dos governos a criação de mais mecanismos institucionalizados de fomento à Economia Solidária e cabe às organizações da sociedade civil apoiar, executar e disseminar os projetos, para que deste modo as ações possam se concretizar e serem realmente vistas por toda a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico da Economia Solidária revelou que este modelo econômico ganhou destaque na Europa partir do século XIX como alternativa a estrutura econômica capitalista vigente na época. No Brasil este momento se dá a partir do período de redução da oferta de emprego do país, na década de 1990, onde iniciativas populares, em especial as cooperativas, aumentaram paralelamente aos problemas ocorridos no mercado de trabalho. Nestes dois momentos, o estado de crise econômica foi o elemento que alavancou o surgimento de alternativas de produção que pudessem minorar o sofrimento das pessoas. A união de esforços na busca de soluções conjuntas foi fortalecendo as bases para o crescimento desta nova economia chamada de Economia Solidária.

A problemática principal que envolvia este trabalho consistia em responder, qual a contribuição do Conselho Municipal de Economia Solidária para o avanço da Economia Solidária em Vitória da Conquista no período de 2008 a 2018?

Vimos através desse estudo que a problemática em questão foi respondida, uma vez que, desde a sua criação o CMES vêm ampliando a organização do movimento, permitindo a inserção de mais indivíduos nas relações de trabalho e fortalecendo a organização dos grupos.

Para os membros dos grupos, a efetivação do Conselho promoveu a melhoria da autoestima e a valorização do trabalho pessoal, uma vez que, a partir das oportunidades oferecidas pela Economia Solidária, muitos membros que antes não participavam das relações de oferta e demanda do mercado, começaram a possuir renda e poder de compra por meio dos produtos fabricados por eles mesmos.

Pode-se destacar também, que o espaço de discussão do CMES possibilitou uma melhor articulação dos empreendedores locais e uma maior interlocução dos mesmos com o governo municipal e até mesmo com outras esferas governamentais. Sua existência, primeiro do gênero no estado, ampliou a visibilidade das políticas municipais e vem servindo de modelo para outras cidades da região.

As discussões travadas no âmbito do Conselho provocam os agentes públicos a pensarem alternativas de ações que, em última instância, acabam gerando renda e melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Assim, neste espaço, os membros dos variados grupos podem opinar e expor suas dificuldades e experiências para que a Economia Solidária se desenvolva na cidade e possa oferecer ainda mais condições de trabalho e renda para a população.

Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho era compreender a importância da Economia Solidária como Política Pública e estabelecer a relação da atuação do CMES na definição destas políticas, bem como se estas poderiam viabilizar alternativas de trabalho e desenvolvimento ao município de Vitória da Conquista. Para isto, apresentou-se um histórico da ES a partir do socialismo utópico ao que desponta em dias atuais; estudou-se o desenvolvimento da temática acerca da ES no Brasil e em Vitória da Conquista e, a partir do estudo das ações desenvolvidas localmente nas últimas duas décadas, foi possível evidenciar casos bem sucedidos de aplicação desta Política Pública, tendo sido justamente a criação do conselho um de seus melhores resultados, sendo estes apresentados neste trabalho.

Deste modo, pode-se observar que, o objetivo foi atendido de forma satisfatória, pois afirmou que tais políticas são capazes de promover o desenvolvimento local por meio da organização e da geração de trabalho e renda, possibilitando a redução da exclusão social e proporcionando autoestima dos agentes por meio da valorização pessoal, trabalho em conjunto, solidariedade e crescimento mútuo.

As informações colhidas através do questionário em que os conselheiros foram submetidos apresentaram de forma clara e objetiva o principal papel do CMES e traçou o perfil dos componentes. Além disso, foi possível estabelecer um perfil do movimento local e avaliar suas diferenças em relação a outros locais em que esta política também é desenvolvida.

Cabe ressaltar que a Economia Solidária é vista como uma importante alternativa de trabalho, principalmente em momentos de crise econômica, quando elementos subjetivos estão aflorados nas pessoas proporcionando ambiente favorável para o desenvolvimento de ações pautadas na cooperação e na solidariedade. O município de Vitória da Conquista, como a maioria dos municípios brasileiros apresentou quadros de demissões relevantes nos últimos anos. É perfeitamente compreensível que soluções econômicas com o viés solidário ganhem maior repercussão diante destes cenários, como de fato aconteceu.

Notou-se também que as pessoas envolvidas neste segmento consideram a criação do Conselho e a implantação da Economia Solidária como uma fonte de capacitação profissional na medida em que foi a partir das demandas apresentadas pelo órgão que ações foram desenvolvidas pelo poder público vigente. Este aspecto chama a atenção se for avaliado o cenário macroeconômico brasileiro atual onde milhões de pessoas estão fora do mercado de trabalho e um aumento da precarização da mão de obra, a ES se apresenta como meio eficaz de reinserir pessoas no mercado de trabalho.

A Economia Solidária teve papel importante no desenvolvimento econômico do país a partir da segunda metade do século XX e a criação de Conselhos potencializam esta ação. Contudo, a prática de criação de conselhos não é fenômeno genérico, ou seja, não faz parte da pauta de ação de todos os governos, sendo que alguns adotam políticas em outros direcionamentos para resolver as questões de emprego, renda e inclusão social.

O Conselho Municipal de Economia Solidária em Vitória da Conquista – Bahia serve como uma instituição intermediária entre o Estado e o mercado e avaliada de maneira positiva pelos membros que a compõem e uma das pioneiras deste segmento no Estado da Bahia.

Entretanto este segmento enfrenta algumas questões que precisam ser solucionadas no curto prazo. Existe um baixo nível de articulação entre Poder Público e os representantes dos Empreendimentos Solidários. A influência dos Empreendimentos Solidários nas decisões políticas ainda é um entrave para a ampliação deste projeto.

As análises dos dados do questionário, apresentadas durante este trabalho, mostram que a Economia Solidária é um caminho possível. Entretanto, percebeu-se que, em relação com o conjunto do mercado, é uma prática que não tem uma influência muito significativa.

Outra conclusão importante que a pesquisa *in loco* pôde mostrar, é que existem poucas ações catalogadas se for comparado com o número de práticas que existem nas comunidades que, na prática, se referenciam nos princípios da Economia Solidária, mas que nem se identificam como tal e nem são relacionadas no rol daquelas ações reconhecidamente do segmento. Entre estas práticas estão ações de igrejas, associações e institutos que tem na ajuda mútua e na cooperação seus elementos norteadores. Assim, torna-se vital que mais agentes vinculados ao segmento se envolvam na sua propagação.

Além disso, a necessidade de apoio político ainda é grande, embora possa se destacar recentes ações do Estado, como a implantação do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) que tem por objetivo apoiar, nos próximos anos, cerca de 120 empreendimentos solidários de 25 municípios da região sudoeste baiana.

Como sugestão de estudo, poderia ser ampliada a interação entre mercado e o Estado no sentido de criar mais programas de fomento, no processo de criação das diretrizes dos programas, com o objetivo de mostrar formas de melhorar o acesso aos empreendedores solidários. Além disso, observa-se que determinados tipos de Políticas Públicas são implantadas a partir da visão ou orientação do governo local. Isto fragiliza segmentos como o da Economia Solidária, que ainda está se solidificando, pois não existe uma segurança institucional para os agentes envolvidos. Neste sentido, outra sugestão para viabilidade é a

criação de leis específicas que regulamentem o segmento e criem as estruturas administrativas necessárias à sua organização.

No caso de Vitória da Conquista, por exemplo, a pesquisa mostrou que este aspecto legal ainda carece de maior atenção. Existe a lei que criou o conselho e a lei que cria uma coordenação e uma gerência de Economia Solidária na estrutura administrativa da SEMTRE. Contudo, este marco legal está ainda muito distante do que seria ideal.

Conclui-se então que a ES, em seus aspectos gerais, se apresenta como uma Política Pública importante no desenvolvimento econômico local e é geradora de inclusão social e produtiva, e o Conselho Municipal é a entidade capaz de nortear a implantação desta PP de maneira eficaz. Necessita, contudo, de ferramentas para que possa melhor conduzir sua ação de fiscalização e proposição de ações para o segmento solidário.

Assim, com a união de todos os agentes, e considerando o agravamento da crise econômica tanto nacional quanto local, a Economia Solidária poderá ser uma aliada na luta contra a exclusão e cabe aos governos fomentar mais mecanismos de cunho solidário, e às organizações da sociedade civil realizar e difundir os projetos. Além disso, a ampliação do controle social como acontece com o Conselho Municipal de Economia Solidária, é uma forma de estender as ações, bem como seus resultados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel. **Raízes e Prática de Economia Solidária: Articulando Economia Rural e Dáviva numa Experiência do Ceará.** Revista Econômica do Nordeste. Volume 40, n. 03, julho-setembro, 2009. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1153](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1153). Acessado em 03 de maio de 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** Elaboração de trabalhos na graduação. 4ª Ed. São Paulo: Atlas. 1999. 148 p

ARRETCHE, M. T. S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 14, n. 40, 1999.

BARRETO SANTOS, Jaqueline. **Políticas Públicas de Economia Solidária: uma análise da experiência em Vitória da Conquista, Bahia.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2013.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico.** São Paulo: Perspectiva, 1945.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA. **Economia solidária: outra economia a serviço da vida acontece.** Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC.

CARDOSO, J. C. **Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites do seu sistema público de emprego.** Brasília: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 751).

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.

FARHAT, Clarisse; SANTOS, Fernanda. **Economia solidária e as novas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo.** Universidade de São Paulo, USP. 2006.

FEDOZZI, Luciano. **Gestão pública e participação.** Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães nº8. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. & LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

IBGE. **Infográficos: Dados Gerais do Município.** 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=293330>. Acessado em 07 de maio de 2017.

IPEA. Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Conselho Nacional de Economia Solidária (Breve Histórico, Finalidades & Competências e Composição).** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/142-conselho-nacional-de-economia-solidaria/278-conselho-nacional-de-economia-solidaria>. Acessado em 07 de maio de 2017.

LANNA, Marcos. Seminário Temático 22: **O Marxismo e as Ciências Sociais**. Encontro Anual da ANPOCS, 31, 2007, Caxambu, MG. Anais. Caxambu, 2007. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3003&Itemid=231](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3003&Itemid=231). Acessado em 05 de maio de 2017.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

MACHADO, Geraldo. **Gestão pública e participação**. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães n°8. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico: primeiro manuscrito – trabalho alienado**, 2007. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acessado em 03 de maio de 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1984.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. Vol. II, editora: EdiUsp. São Paulo, 1974.

OXOBY, Paula. **Una aproximación a las divergencias e implicaciones de los distintos abordajes a la Economía Social: países centrales europeos y América Latina**. Outra Economía - Volumen IV - N° 6 – 1er Semestre de 2010. Disponível em: <http://www.riless.org/otraeconomia>. Acessado em 03 de maio de 2015.

PRAXEDES, S. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias**. Economia Solidária e Políticas Públicas. Mercado de Trabalho. IPEA. 2009. Disponível em: [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ES3Sandra.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2017.

PITAGUARI, S. O. **Economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local**. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Economia. Curso de Mestrado em Economia Regional. Universidade Estadual de Londrina, UEL. 2010.

POCHMANN, Márcio. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n 24.IPEA, Brasília, 2004.

ROCHA, V. J. **Os laços da solidariedade: Dos clássicos da sociologia à economia solidária**. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. ENAPEGS. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/367.pdf>. Acessado em 04 de maio de 2015.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?**. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2007.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. Incattani, Antônio David (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Disponível em:<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=273>. Acesso em 09 de maio de 2018.

VIANA, Geovane. **O Empreendedorismo Solidário como alternativa de inclusão social e geração de renda: o caso da Coordenação de Economia Solidária em Vitória da Conquista - BA**. Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2012.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. São Paulo: Ática, 2000. 343 p. (Série Temas).

YUNUS, Muhammad; KARL Weber. **Um mundo sem pobreza: a empresa social o futuro do capitalismo**. Tradução Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro] São Paulo: Ática, 2008, 272 p.

**ANEXO A - LEI Nº 1.509/2008**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1** Fica instituído o Conselho Municipal de Economia Solidária - CMES/VC, órgão autônomo, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador das Políticas Públicas de Economia Solidária, vinculado à Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda - ADTR.

**Art. 2** São princípios integrantes da economia solidária: a autogestão, a democracia, a participação, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano e a responsabilidade social.

**Art. 3** Ao Conselho Municipal de Economia Solidária compete:

- I - Estimular a formação de organizações econômicas solidárias de auto-gestão na produção e comercialização de bens e/ou serviços, compras comunitárias e sistemas de trocas solidárias;
- II- Estudar, analisar, elaborar, discutir, propor e aprovar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento da Economia Solidária no âmbito do Município;
- III - Incentivar e potencializar o desenvolvimento de atividades econômicas por grupos solidariamente organizados;
- IV- Apoiar e acompanhar a tramitação de projetos de lei referentes à questões de âmbito de economia solidária;
- V - Incentivar a formação de redes de produção, comercialização, serviços, consumo, finanças, trocas e compras comunitárias em âmbito municipal, intermunicipal e estadual;
- VI- Estabelecer parcerias com entidades de promoção da Economia Solidária em nível municipal, estadual, nacional e internacional;
- VII - Promover e apoiar a produção de conhecimentos, estudos, pesquisas e a divulgação da Economia Solidária.
- VIII- Apoiar programas, projetos e ações e qualificação profissional voltados para Economia Solidária;
- IX - Promover e difundir os princípios integrantes de Economia Solidária;

X- Incentivar e apoiar ações de comunicação social para dar visibilidade aos empreendimentos da Economia Solidária de Vitória da Conquista;

XI- Estimular e incentivar outras formas de organizações de consumo solidário (cooperativas, associações etc);

XII- Organizar as conferências municipais de Economia Solidária;

XIII- Aprovar o seu regimento interno.

**Art. 4-** O Conselho de Economia Solidária poderá solicitar quaisquer informações, banco de dados e cadastros relacionados à Economia Solidária.

**Art. 5-** A composição do Conselho Municipal de Economia Solidária obedecerá à seguinte estrutura:

I. Representantes do Poder Público Municipal;

II. Representantes de Instituições de apoio e assessoria à Economia Solidária;

III. Representantes dos empreendimentos de Economia Solidária:

**Art. 6º** - Para escolha dos representantes mencionados no inciso III do Artigo anterior, os empreendimentos de economia solidária estão divididos nas categorias a seguir, observadas a realidade do momento da criação do conselho:

#### **I. Grupos de Economia Solidária**

a) Grupo de Economia Popular

Associação de Economia Solidária de Vitória da Conquista e região

c) Instituição de Crédito Conquista Solidária - Banco do Povo;

Cooperativa de Catadores Recicla Conquista;

Associação de usuários do Centro de Atenção Psico-Social - CAPS

Associação de Jovens Empreendedores de VDC

Associação de Lapidação;

Associação de Artesanato Conquistense;

Câmara Cultural dos Artesãos;

Pequeno Ofício;

Outros

#### **II. Entidades de assessoria à Economia Solidária:**

a) União de Mulheres de Vitória da Conquista;

Pastoral do Menor;

c) Conselho de Ação Solidária;

Conselho das Comunidades Quilombolas;

Conselho de Desenvolvimento Municipal;

Outras.

**Art. 7** - O Conselho Municipal de Economia Solidária terá a seguinte composição:

**I. 05 (cinco) representantes do Poder Público Municipal:**

a) Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Um representante da Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda;

c) Um representante da Secretária Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural;

Um representante da Secretária Municipal Cultura Turismo e Esporte e Lazer;

Um representante de livre nomeação do Prefeito Municipal, membro ou não do governo municipal.

**II. 05 (cinco) representantes de Instituições de apoio e assessoria:**

a) Um representante do Banco do Brasil;

b) Um representante do Banco do Nordeste;

c) Um representante da Caixa Econômica Federal

d) Um representante das Universidades Públicas;

Um representante das Escolas Técnicas públicas;

**III. 06 (seis) representantes dos empreendimentos de Economia Solidária:**

a) Quatro representantes do grupo mencionado no inciso I, artigo 6º, escolhidos entre seus membros; sendo que um deve ser ou representar empreendedores da zona rural do município;

b) Dois representantes do grupo mencionado no inciso II, artigo 6º, escolhidos entre seus membros;

Os membros do CMES, referentes ao inciso I deste artigo, titulares e suplentes, serão designados pelo Prefeito Municipal de Vitória da Conquista;

Os demais representantes, previstos nos incisos II e III, serão eleitos em plenária convocada para este fim, e encaminhados via ofício ao secretário da Agência de Desenvolvimento Trabalho e Renda para inclusão no decreto próprio, encaminhando, inclusive, os nomes de um suplente para cada titular indicado;

A participação no CMES será considerada prestação de serviço relevante e não remunerada;

Poderão participar das reuniões da CMES personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados, do Poder Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, sempre que na pauta constar matérias referentes às suas áreas de atuação;

Todos os representantes do Conselho Municipal de Economia Solidária devem ter reputação idônea perante a sociedade e os órgãos públicos.

Art. 8º O CMES será dirigido por um Conselho Diretor, composto por três membros, eleitos por maioria simples dos seus representantes, em sua primeira reunião ordinária, para um mandato de dois anos, podendo haver apenas uma recondução, sendo assim constituído:

I. Presidente;

Vice-presidente;

III. Secretário.

O CMES poderá instituir Câmaras Técnicas, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo convidar representantes de órgão e entidades públicas e privadas não integrantes de sua estrutura.

O CMES no ato de criação das Câmaras Técnicas definirá os objetivos específicos, a composição e o prazo para a conclusão dos trabalhos.

As regras para composição do Conselho Diretor serão definidas no Regimento Interno do Conselho, definindo este, ainda as regras de funcionamento do Conselho, substituição de titulares por suplentes e outras questões internas.

A secretaria do CMES funcionará em parceria com a Diretoria de Economia Solidária da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Art. 9. O Regimento Interno do Conselho será publicado no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua constituição.

Art. 9 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Tesouro Municipal e recursos captados de outras fontes.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Do Prefeito Municipal de Vitória da Conquista, 25 de Abril de 2008.

José Raimundo Fontes

**ANEXO B - LEI Nº 1.881/2013**

LEI Nº 1.881, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Altera a redação da Lei Municipal nº 1.509/2008 que dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Economia Solidária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com arrimo no artigo 74, inciso III, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 3º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Municipal nº 1.509/2008 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º(...)

I - (...);

II - (...);

III - (...);

IV - (...);

V - (...);

VI - (...);

VII - (...);

VIII - (...);

IX - (...);

X - (...);

XI - (...);

XII - (...);

XIII - (...);

XIV; Dar parecer sobre os pedidos de inclusão de entidades no Conselho Municipal de Economia Solidária.

Art. 5º O Conselho Municipal de Economia Solidária será composto de 20 membros titulares e seus respectivos suplentes, de forma tripartite, obedecendo à seguinte estrutura:

I- 25% (Vinte e cinco por cento) de representantes do Poder Público Municipal;

II - 25% (Vinte e cinco por cento) de representantes de Entidades de apoio e assessoria à Economia Solidária;

III - 50% (Cinquenta por cento) de representantes dos empreendimentos de Economia Solidária.

Art. 6º Para escolha dos representantes mencionados nos incisos II e III do Art. 5º, deverá ser realizada plenária municipal com todos os segmentos envolvidos com a Economia Solidária, sob a coordenação do Conselho Municipal de Economia Solidária.

Parágrafo único. Para participar da plenária municipal para escolha dos membros do Conselho Municipal de Economia Solidária, os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e assessoria deverão estar vinculados ao Conselho Municipal.

Art. 7º (...)

I. (...)

II. 05 (cinco) representantes de Instituições de Apoio e Assessoria:

a) 01 (um) representante dos Bancos Públicos;

b) 01 (um) representante das Instituições Públicas de Ensino Superior;

c) 03 (três) representantes de organização da sociedade civil cadastradas no Conselho Municipal de Economia Solidária.

III. 10 (dez) representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

1º (...);

2º Os representantes previstos nos incisos II e III, e seus suplentes, serão eleitos em plenária municipal única, convocada para este fim, e nomeados pelo Prefeito Municipal;

3º (...);

4º (...);

5º (...).

Art. 8º O CMES será dirigido por um Conselho Diretor, composto de forma tripartite por 04 (quatro) membros, eleitos por maioria simples dos seus representantes, para um mandato de dois anos, podendo haver apenas uma recondução, sendo assim constituído:

I. Presidente;

II. Vice-Presidente;

III. Secretário;

IV. Membro Vogal

1º (...);

2º (...);

3º Na composição do Conselho Diretor deverá ser observada a mesma distribuição percentual especificada no art. 5º desta Lei;

4º A secretaria do CMES funcionará em regime de colaboração com a Coordenação Municipal de Economia Solidária;

5º As regras para funcionamento do Conselho constarão do seu Regimento Interno.

Art. 2º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, mediante Decreto.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista (BA), 10 de abril de 2013.

Guilherme Menezes de Andrade  
Prefeito

## ANEXO C – QUESTIONÁRIO

Observação para facilitar o preenchimento:

**Segmento** - Considere o termo “segmento” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho:

Seg I- Poder público.

Seg II- Entidades de apoio e assessoria.

Seg III- Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

**Base de apoio** - Considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

### BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

**1) Sexo:**

1. ( ) Masculino 2. ( ) Feminino

**2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):**

1. ( ) Branca                      2. ( ) Preta  
3. ( ) Parda                      4. ( ) Indígena

**3) Escolaridade:**

1. ( ) Ensino fundamental	2. ( ) Ensino médio
3. ( ) Superior incompleto	4. ( ) Superior completo
5. ( ) Especialização	6. ( ) Mestrado incompleto
7. ( ) Mestrado completo	8. ( ) Doutorado incompleto
9. ( ) Doutorado completo	

**4) Qual sua religião ou culto?** \_\_\_\_\_

**5) Faixa etária:**

1. ( ) de 21 a 34 anos                      2. ( ) de 35 a 40 anos                      3. ( ) de 41 a 60 anos  
4. ( ) mais de 60 anos

**6) Renda familiar mensal(média)**

1. ( ) Abaixo de R\$ 500,00	2. ( ) De R\$ 500,00 até R\$ 1.500,00	3. ( ) De R\$ 1.501,00 até R\$ 2.500,00
4. ( ) De R\$ 2.501,00 até R\$ 4.000,00	5. ( ) De R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00	6. ( ) De R\$ 8.001,00 a R\$ 12.000,00
7. ( ) Acima de R\$ 12.001,00	8. ( ) Não sabe	

7) Município/UF de residência: \_\_\_\_\_

8) Situação no conselho:

1.  Titular
2.  Suplente

9) Segmento de representação a que pertence:

1.  Seg I- Poder público.
2.  Seg II- Entidades de apoio e assessoria.
3.  Seg III- Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

10) Há quanto tempo é conselheiro (a) deste conselho? (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).

1.  Menos de 1 ano
2.  De 1 a 3 anos
3.  De 4 a 6 anos
4.  De 7 a 10 anos
5.  Mais de 10 anos
6.  Não sabe/não se aplica

11) No seu período neste conselho, já representou outros segmentos?

1.  Não.
2.  Sim. Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):
  - Poder público
  - Entidades de apoio e assessoria
  - Empreendimentos de Economia Solidaria

12) Além deste conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

1.  Não.
2.  Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho.
3.  Sim, sou conselheiro(a) de outros conselhos.

Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):

1.  Conselhos nacionais
2.  Conselhos estaduais
3.  Conselhos municipais/locais

**BLOCO 2: ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)**

**13) Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo?  
(Marque com um X no espaço)**

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Número total de conselheiros(as)					
2. Números de segmentos					
3. Número de conselheiros em cada segmento					
4. Forma de escolha das entidades com assento no conselho					
5. Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades					

**14) Na sua atuação no conselho, que interesses você defende prioritariamente?**

**Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:**

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais			
2. Interesses da minha instituição			
3. Interesses do meu segment			
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos			
5. Interesses de toda a coletividade			
6. Não sabe			
7. Outros			

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais segmentos do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um “X” a coluna correspondente a cada segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Poder público					
2. Entidades de apoio e assessoria					
3. Empreendimentos de economia solidaria					

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a), você tem alguma base de apoio?

1. ( ) Sim. Qual(is)? \_\_\_\_\_
2. ( ) Não.
3. ( ) Não sabe.

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. ( ) Não tenho base de apoio
2. ( ) Nunca
3. ( ) Raramente
4. ( ) Às vezes
5. ( ) Com frequência
6. ( ) Sempre
7. ( ) Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

1. ( ) Não tenho base de apoio
2. ( ) Telefonema
3. ( ) *E-mail*/lista de discussão
4. ( ) Reuniões presenciais
5. ( ) Conversas pessoais
6. ( ) Facebook, Twitter e afins
7. ( ) *Home page* institucional
8. ( ) Carta/ofício
9. ( ) Fax
10. ( ) Mensagem (torpedo/SMS)
11. ( ) Não sabe
12. ( ) Outra: \_\_\_\_\_

19) Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

**I – Definir/sustentar posicionamento no conselho:**

1. ( ) Nunca
2. ( ) Raramente
3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente
5. ( ) Sempre
6. ( ) Não sabe/não se aplica

**II – Relatar os debates/deliberações do conselho:**

1. ( ) Nunca
2. ( ) Raramente
3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente
5. ( ) Sempre
6. ( ) Não sabe/não se aplica

**III – Prestar contas sobre a sua atuação no conselho:**

1. ( ) Nunca
2. ( ) Raramente
3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente
5. ( ) Sempre
6. ( ) Não sabe/não se aplica

**IV – Construir/fortalecer articulações:**

1. ( ) Nunca
2. ( ) Raramente
3. ( ) Às vezes

4. ( ) Frequentemente                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

### BLOCO 3: FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

**20) Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos segmentos?**

1. ( ) Nunca                                      2. ( ) Raramente                                      3. ( ) Às vezes  
4. ( ) Frequentemente                      5. ( ) Sempre                                      6. ( ) Não sabe/não se aplica

**21) Avalie a influência da atuação do conselho em relação a:**

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não Sabe
1. Agenda do Congresso Nacional					
2. Políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego					
3. Políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona					
4. Iniciativas da sociedade civil					
5. Iniciativas do setor produtivo					

**22) Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os(as) conselheiros(as)?**

1. ( ) Não                                      2. ( ) Sim, parcialmente                                      3. ( ) Sim, plenamente

**23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?**

1. ( ) Não                                      2. ( ) Sim, parcialmente                                      3. ( ) Sim, plenamente

**24) Em geral, como você avalia o papel dos segmentos abaixo na atuação do conselho? (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)**

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapaalha	Atrapaalha bastante	Não sabe/não se aplica
1. Poder público						
2. Entidades de apoio e assessoria						
3. Empreendimentos de Economia Solidária						

**25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho (marque com um “X” a coluna correspondente a cada segmento):**

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Secretaria Executiva					
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, website, publicações)					
3. Regimento interno e resoluções					
4. Presidência					
5. Plenária					
6. Câmaras					

**26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas)**

1.  Pouco tempo de discussão nas reuniões
2.  Reuniões muito esparsas
3.  Excesso de reuniões
4.  Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5.  Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6.  Questões políticas alheias à agenda do conselho
7.  Excesso de burocracia
8.  Divergência nas opiniões dos conselheiros
9.  Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República
10.  Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11.  O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12.  Outras \_\_\_\_\_

**27) Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?**

---



---

**28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?**

---



---

**29) Espaço destinado para considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário.**

---



---

**Muito obrigado!**